

Resumo Caderno de Teses

7



CONGRESSO NACIONAL DO PSB

“É bem verdade que os
socialistas estão
em perfeito acordo entre si
exceto nos pontos
sobre os quais divergem”.

Bernardo Shaw



Partido Socialista Brasileiro

Brasília, 26 a 28
de novembro de 1999



Índice

– O PSB, as oposições e o Brasil que queremos - Miguel Arraes	3
– Do socialismo científico ao socialismo utópico ou da ditadura do proletariado à democracia participativa Roberto Amaral	5
– Políticas Públicas para um programa de governo socialista e sustentável - João Alberto Capiberibe e outros companheiros	6
– Movimento de Mulheres - Eliana de Castro Armada e Muna Zeyn	7
– Socialismo, Internacioanalismo e Globalização - Bernardo de Souza	8
– Desafios políticos e eleitorais do PSB - Planejamento das eleições municipais - Renato Casagrande	9
– Tese aprovada no IV Congresso Estadual de São Paulo - Edmundo Carvalho	11
– Os desafios políticos e eleitorais do PSB - Gustavo Balduino	12
– O PSB e a Questão Nacional - Napoleão Ferreira da Silva Neto e outros companheiros	14
– Revolução democrática e desenvolvimento sustentável - Domingos Leonelli	15
– Socialismo e Democracia - Bernardo de Souza	18
– Brasil dependente ontem e hoje - Gilvan Rocha e Valton Miranda	19
– Socialismo na Agenda do Dia - João Ananias Vasconcelos Neto	20
– A questão nacional - um debate necessário - Sebastião Abreu	21
– Socialismo: igualdade e ética - Bernardo de Souza	22
– Desafios políticos e eleitorais do PSB - Organização partidária / o projeto político da esquerda socialista Valesia Perozini Inácio	23
– Implantação do Plurilinguismo nas Escolas Públicas - Paula Schild Mascarenhas	24
– O desenvolvimento Sustentável sob uma perspectiva socialista democrática - Luiz Henrique Lima	25
– Educação, trabalho e lazer - Rodrigo Rollemberg	26
– A crise do modelo neoliberal - Política de alianças - 2000 a 2002 - Renato Casagrande	27
– Entendendo o capitalismo - A crise do modelo neoliberal - José Carlos Eloy Martins	29
– Abrir mão do sigilo bancário e fiscal quando da diplomação - uma marca do PSB - Lairson Rodrigues Bueno	30
– Preservação do patrimônio cultural - Paula Schild Mascarenhas	30
– Uma sociedade para todas as idades - Ivo Fortes dos Santos	31
– O desafio da comunidade negra frente à nova ordem mundial - Edvande Pinto de França	32
– PSB pela Base - Roberto Mazzoco	33
– Tese de Debate para o Congresso do PSB Nacional - Romualdo Moura	34

O PSB, as oposições e o Brasil que queremos

Miguel Arraes
Presidente Nacional do PSB

O Congresso Nacional do PSB realiza-se num momento em que a sociedade brasileira vive os problemas decorrentes da adoção de uma política caracterizada pela exacerbação da concentração de renda e pela internacionalização ilimitada da economia do País. Os meios de comunicação dão conta diariamente dos níveis da desintegração social a que chegamos. O desemprego em massa deteriora a qualidade de vida de vastas multidões no campo e na cidade e é um dos responsáveis pelo aumento estarrecedor da violência.

O enfrentamento dessa realidade é o desafio posto diante das organizações do campo democrático e popular. Não resta dúvida quanto à necessidade de uma progressiva unificação de forças sociais atingidas de diferentes maneiras pela avalanche de efeitos negativos da política governamental em vigor nos últimos tempos.

Sendo a unidade da população a força necessária para esse enfrentamento, todos devem ajudar na sua construção, tarefa que não consiste apenas num acordo entre alguns partidos. Ela visa a criação de uma consciência nacional em que se vá cristalizando os rumos que a maioria aspira para o País. À parte setores minoritários beneficiados com a política atual, a imensa maioria da população clama pela liquidação das causas do crescimento e da intensificação de nossas mazelas sociais.

Os acordos, as alianças, as frentes políticas podem ser úteis ao desempenho daquela tarefa de unificação, quando não importam em concessões que perturbem o fortalecimento de uma consciência popular alertada para as manobras que defendem o atual sistema, nacional e internacionalmente. Hoje está claro, pelo que ocorre no Brasil e em vários outros países, o êxito que tiveram ao estabelecer alianças destinadas a dividir, por exemplo, o campo político que se opôs às ditaduras implantadas no nosso continente décadas atrás.

De fato, os governantes encarregados de implementar políticas antipopulares e nacionais no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Peru e em outros países do terceiro mundo saíram de partidos comprometidos, no passado, com posições diferentes e até opostas às que ora defendem e praticam. A internacionalização da economia, motivação principal dos golpes militares, avançou apenas em parte sob os regimes militares, vindo a prevalecer por ação de governantes que se diziam contra as ditaduras, agora aliados das forças que a sustentaram.

Dita manobra não prospera somente na América Latina. Protestos surgem noutros lugares contra os desvios de partidos do campo popular, até onde menos influência tiveram dos comunistas, como a Inglaterra. Deputado do Par-

tido Trabalhista inglês há 50 anos, Tony Ben, em recente entrevista, revelando posição coincidente com a de outros políticos do campo socialista europeu, afirma: *"O novo trabalhismo é, na verdade, o Thatcherismo com uma fachada de bondade, tem a mesma filosofia da Senhora Thatcher"*.

Perguntado se o novo trabalhismo é o que se chama de terceira via, ele responde: *"Você inventa o termo terceira via, depois o chama de filosofia e pede a um erudito que faça dele um livro, que já li e o tenho na estante. ...A política tem que se basear em coisas reais"*.

O que se passa no Brasil não acontece de forma isolada, embora, como é óbvio, seja necessário atentar para as especificidades de cada lugar. Elas estabelecem variantes que não modificam a essência do sistema.

Assim, em termos gerais nossa realidade integra o contexto decorrente do estágio atual de desenvolvimento do sistema capitalista, caracterizado pela hegemonia do capital financeiro. Para firmar seu domínio, facilitado pelas novas tecnologias, é necessário que sejam derrubadas as fronteiras, eliminado o estado nacional, e que cada vez se marche mais para o império global sob o comando das nações centrais, tendo a moeda única como principal instrumento de poder.

Às nações periféricas promete-se a entrada no primeiro mundo e oferecem, como prova de viabilidade deste paraíso artificial, a sedução do consumismo desbragado, acessível apenas às elites destes países que, naturalmente, se transformam em base de apoio interno a esses interesses. Por conta disso, a imposição de um novo colonialismo se dá não mais por força da ação dos exércitos de ocupação. Agora, a ideologia liberal, embalada pelo prefixo neo, transformou-se em onda que alastrou-se pelo planeta, impulsionada pelo fim da guerra fria, consequência da derrocada do chamado bloco socialista.

Com isso, consolidou-se o poder dos Estados Unidos, como metrópole de um império que surge com proporções que nenhum outro logrou alcançar no passado.

O controle das decisões no interior de cada nação, arrastada para esse sistema, é feito através da cobrança da dívida, da desnacionalização e da redução ou eliminação da interferência do estado, além da imposição do dólar como moeda internacional. No Brasil, o patrimônio público já foi dilapidado, com uma desnacionalização jamais vista no passado. Quanto à dívida, que, anos atrás, levantou clamores pela moratória, aqui e noutros países dependentes, inclusive com contestação à legitimidade do modo como foi estabelecida, tornou-se agora principal preocupação dos atuais governantes, não mais para contestar, mas para empenhar todos os esforços para honrar o pagamento.



A amortização dos serviços da dívida externa leva à redução das transferências de recursos para Estados e Municípios, conseguida através de medidas inconstitucionais, que atingem sua autonomia. O objetivo é claro: atacar o fundamento da Federação brasileira, limitando a capacidade de intervenção de suas unidades, que, tornadas dependentes do poder central, nada podem fazer para se opor ao pensamento único.

Também são afetadas as verbas destinadas aos serviços sociais, às aposentadorias e pensões dos funcionários públicos e suas famílias. A falta de recursos leva os serviços públicos a funcionarem mal e os servidores a serem transformados, nas falas dos homens do Governo, em responsáveis por todos os problemas do País.

Na verdade, a sustentação do sistema econômico em implantação não pode conviver com instituições civis e militares concebidas em um tempo em que a prioridade máxima era a construção de um País para os brasileiros. Surge, neste contexto, a necessidade das tão apregoadas reformas, a política principalmente, que visam, antes de mais nada, ir assentando estruturas que respondam à necessidade de sustentação das novas formas de exploração, com a sistemática redução do espaço democrático conquistado pelo povo.

Não só no Brasil, mas em toda parte, foram revogados instrumentos legais e políticos que o próprio sistema capitalista havia desenvolvido para reduzir distorções sociais geradas por sua própria natureza. Do mesmo modo, os espaços democráticos são reduzidos e modelados as formas de escolha da representação popular, de que é exemplo o tratamento dado à questão dos pequenos partidos.

A isso juntam-se as conhecidas táticas que visam dividir as forças que combatem o sistema, mediante a exploração de suas contradições internas, ideológicas, políticas, decorrentes também, por vezes, da disputa de pedaços de poder. Procuram mantê-las distraídas com questões menores, em grande parte superestimadas a nível local ou regional, constituindo-as em obstáculo à junção de forças e instituições que possam lutar para consolidar um pensamento homogêneo nacional, capaz de fixar objetivos e comandar ações.

Essas mesmas táticas foram aplicadas em outros momentos desse último meio século de lutas do povo brasileiro. Ocorreram numerosos golpes e atentados à democracia, sempre baseados na divulgação de falsas informações, na deturpação dos fatos, repetidos como verdadeiros. A diferença, agora, é que estas táticas foram muito aperfeiçoadas e refinadas, além de contarem com o grande avanço dos meios de comunicação.

Sem embargo dessas diferenças, pode-se identificar um traço constante nos objetivos das forças que ainda hoje detêm o poder. Por mais que mudem os pretextos, o objetivo sempre foi o de conter o desenvolvimento do País para mantê-lo no nível que, em cada fase, interessava ao sistema internacional de dominação.

Na primeira queda de Vargas, foram liquidadas as divisas acumuladas durante a guerra com absurdas importações de bens de consumo os mais diversos, inclusive de veículos de luxo, quando elas estavam destinadas a

reequipar nosso parque industrial. Agora, sucateia-se ou desnacionaliza-se não só as empresas estatais mas, também, indústrias-chaves para o desenvolvimento, constituídas por empresas privadas brasileiras.

Paralelamente, são esvaziadas as universidades, os centros de pesquisas, para impedir que esse caminho seja retomado, a despeito de nosso País e nosso povo terem sempre se mantido aberto para o mundo, pretendendo apenas construir uma nação justa e solidária.

Através dos séculos, as lutas do nosso povo sempre tomaram e tomam agora aquela direção. Neste século, o levante dos militares na década de 20, a Revolução de 30, os movimentos de massa do após guerra, a luta contra a ditadura militar, etc., ocorridos, em circunstâncias diversas, representam manifestações dos mesmos anseios marcados pelo tempo em que ocorreram, e pelas camadas sociais de que nasceram.

Os erros e acertos dessas tentativas de avanço do movimento democrático e popular são a herança dos que lutam atualmente, noutras circunstâncias. Temos que recolher essa herança e não jogá-la fora, como alguns fizeram e fazem.

Cada qual com sua herança: FHC declarou recentemente que pretende liquidar com os resquícios da revolução de 1930. Por maiores que sejam os reparos àquele movimento nacional, devemos assumi-lo porque o seu objetivo central situa-se no eixo das lutas travadas pelo nosso povo.

Nos seus 50 anos de existência, o PSB participou dos embates da revolução brasileira, que visa a construção de uma nação independente, fraterna e democrática. No Congresso que se realizará em breve, deve reafirmar essa posição:

- Lutar por uma ampla mobilização nacional capaz de reverter o modelo econômico imposto ao País pelo atual governo, consolidando sua autodeterminação indispensável à construção de uma sociedade democrática, justa e solidária;
- Consolidar o papel histórico do PSB como força política da esquerda brasileira, comprometida com os interesses da grande maioria da população, a começar pelos mais humildes;
- Agir no sentido de unir o povo brasileiro e atuar como instrumento dessa tarefa, buscando a concretização de alianças com outros partidos e entidades sociais empenhados na reversão do atual modelo econômico;
- Denunciar as tentativas de acordos que visam apenas remendar uma política cuja essência conduz ao agravamento da crise social;
- Apoiar toda e qualquer medida que vise a amenizar as agruras da população, condenando os que colocam paliativos e mudanças cosméticas como base de entendimento e solução para o País;
- Utilizar as eleições do ano 2000 como instrumento apropriado para a ampliação dos espaços políticos do PSB, tendo a reconstrução nacional como elemento principal da sua mensagem.

Do socialismo científico ao socialismo utópico ou da ditadura do proletariado à democracia participativa

Roberto Amaral

Vice-Presidente Nacional do PSB

Nosso texto discute, de forma mais ou menos analítica (i) o fracasso do capitalismo e (ii) as propostas do socialismo. Esta seqüência é proposital. Porque, em substituição à crítica permanente ao 'socialismo' real, (tão ao gosto da direita assumida e da esquerda envergonhada), propomos a retomada de nossa ação militante: o combate ao capitalismo. Mas discutimos, quase profundamente, a crise do modelo soviético, o burocratismo, o partido único, a ditadura do proletariado e o esmagamento da democracia nas experiências do Leste-europeu.

Em contraposição ao fim da história (que tudo justificaria), ou ao fim do socialismo —que justificaria o revisionismo, a socialdemocracia e a fragilidade de certos aliados em face do modelo neoliberal—, estamos afirmando a revivência da história e a atualidade do socialismo. Atualidade e urgência, para salvar a Terra e a Humanidade.

Tentamos discutir alguns aspectos da crise estrutural do capitalismo, sua capacidade de adaptação ao desenvolvimento das forças sociais e as modificações na base material da produção. Porque tudo isso tem reflexos em nossos projetos e em nossa política. Não fazemos política em abstrato, mas em uma sociedade concreta: o mundo de hoje, com suas correlações de forças, objetivas. Em face delas nos situamos. Tendo clareza da estratégia, a revolução socialista, temos clareza quanto às nossas táticas.

E assim temos como enunciados dois outros temas do nosso debate: os conceitos (i) de revolução e (ii) de socialismo revolucionário.

Optamos pelo socialismo revolucionário (existe outro?), e explicamos o seu entendimento. E explicamos o conceito em si do termo 'revolucionário'. Seria a nossa primeira tese.

A opção por um socialismo revolucionário — revolucionário fundamentalmente em face dos fins e não dos meios — implica a opção por uma organização revolucionária. O nosso partido.

Destacamos, neste resumo reduzidíssimo, uma das categorias do socialismo revolucionário: a radicalidade democrática. Que entendemos por isto? Está no texto.

Fiel ao método de partir da crítica para a proposição, criticamos, na crítica ao capitalismo, ao liberalismo e ao neoliberalismo, a democracia representativa, qual nós a praticamos, e em sua substituição propomos a radicalidade da democracia socialista: a democracia participativa. Ela também é explicada. É a nossa segunda tese.

Discutimos a globalização e a nova ordem mundial, porque nosso projeto de partido, de socialismo e de revolução socialista se operará dentro de condições concretas: este mundo que aí está e que queremos transformar. Portan-

to, também, nossa crítica à socialdemocracia que, em face do inimigo, ao invés de enfrentá-lo, intenta uma associação. Aí nos separamos definitivamente.

Aliás, lembramos, esta foi a tese vitoriosa no I Congresso do PSB, realizado em Brasília, em outubro de 1987. Transcrevemos trecho importante.

Mas também nos separamos do determinismo histórico que, supomos, (i) foi desmentido pela certidão dos fatos e, (ii), gera o imobilismo. Ele sim é reformista, quando se supunha revolucionário. Talvez esse raciocínio contenha uma tese. Não temos certeza. Quem sou eu para discutir com Rosa de Luxemburgo?

Da grande teórica alemã e grande heroína do socialismo prático também nos afastamos um pouco quando nos debruçamos na análise do papel contemporâneo do proletariado. Não se trata de firula doutrinária. É muito importante para definir as táticas do movimento socialista moderno.

Discutimos, também, a oposição e nosso papel nela: nossa oposição não é essencialmente a FHC, mas ao modelo neoliberal que ele representa. E aí temos oportunidade de discutir as teses fundamentais da nova direita: modernidade, globalização, privatização, globalização etc.

Por isso dizemos que não é oposição quem se propõe a administrar melhor que FHC o modelo econômico de Collor.

Discutimos o projeto da Frente de esquerda e o projeto estratégico de poder do PSB, cuja pequena história resgatamos em dois parágrafos para lembrar aos novos companheiros as caminhadas de seus antecessores.

Finalmente ousamos sugerir algum projeto político-eleitoral para o PSB nas eleições de 2000 e 2002.

Mas nada disso é relevante.

Importante mesmo é a discussão.

Nosso texto valerá alguma coisa se sugerir algum debate.

Ao relê-lo e decidir por apresentá-lo ao Congresso, e em face de suas limitações, pensei em chamá-lo de 'Discurso em mangas de camisa', para acentuar seu improviso e sua linguagem um pouco solta. Mas me contive, porque algum leitor mais severo (ainda que mais jovem) poderia ligá-lo ao famoso texto de Tobias Barreto e me julgar mais pretensioso do que realmente sou. Por isso, quero chamá-lo, apenas, de 'Discurso sujeito a chuvas e trovoadas'.

Permitam-me, finalmente, um agradecimento aos companheiros do PSB do Rio de Janeiro que possibilitaram a impressão destas Teses provisórias e, assim, sua divulgação com todos os congressistas.

Liberdade e Socialismo!

Gávea, novembro de 1999



Políticas Públicas para um programa de governo socialista e sustentável

João Alberto Capiberibe, Evandro Milhomem, Janete Capiberibe, Beneram Santos, Caetano Thomaz, Fernando Canto, Camilo Capiberibe, Antonio Carlos Campelo, Jean Cláudio Fonseca, Cláudio Pinho Santana, Antônio Carlos Farias, Armindo, Márcia Andréia, Euclélia Américo.

Mudar o rumo do desenvolvimento é, antes de tudo, uma decisão política. As políticas de governo para a sustentabilidade têm que ser capazes de redirecionar o curso dos eventos econômicos de tal maneira que as atividades que destroem capital natural, ou dissipam recursos renováveis, sejam freadas.

Uma política comprometida com a sustentabilidade tem que impulsionar aquilo que é desejado: emprego, bem-estar, um ambiente tranquilo, segurança pessoal, serviço público de qualidade, uso balanceado dos recursos naturais etc... Não basta se ter desenvolvimento econômico, com preservação ambiental, se não houver uma preocupação com a equidade social, que se revela no atendimento das necessidades da população na atualidade e no futuro.

Isto significa imediatamente valorizar os aspectos hoje relegados a um segundo plano pela administração das políticas públicas brasileiras. Deve-se também retirar a economia do centro, para onde tudo converge, e adotar uma economia politizada no sentido de garantir maior distribuição de riqueza e perspectiva de melhor qualidade de vida para as gerações atuais e vindouras.

- Pressupostos Para Um Projeto De Governo Socialista Sustentável:

UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL E DESCENTRALIZADA: A sustentabilidade é entendida como resultado do equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas e do uso dos recursos naturais de forma perene e com equidade social. As estratégias de desenvolvimento devem considerar as potencialidades locais, devendo haver um acurado planejamento regional, que envolva de fato a sociedade civil de maneira participativa e busque equilibrar as disparidades que findam por permitir a existência de regiões muito ricas convivendo com outras miseráveis. O desenvolvimento econômico deve ser orientado para dar ênfase a programas que estimulem a inserção dos excluídos no processo produtivo em contraposição à simples acumulação capitalista que vise o lucro.

EQÜIDADE SOCIAL: A equidade social significa atender prioritariamente e de maneira qualitativa as necessidades das gerações atuais e futuras e depende totalmente da ampliação da cidadania para toda a população e, por parte do Estado, do cumprimento do seu dever constitucional de promover e manter a dignidade social como objeti-

vo a ser perseguido incansavelmente. Isto se traduz em buscar dar conta de todas as dimensões do ser humano, oferecer educação pública de qualidade voltada para a realidade local com valorização dos aspectos culturais e merenda escolar regionalizada, atendimento na rede de saúde pública universal, segurança, saneamento básico etc... Significa colocar o combate e erradicação da pobreza num foco de equilíbrio com as perspectivas de desenvolvimento econômico e o uso sustentável dos recursos naturais. É preciso mudar a ótica segundo a qual a economia é o centro para onde tudo converge, mais do que uma política econômica o País necessita de uma economia política.

MUNICIPALIZAÇÃO: Parcerias entre os poderes executivos federais, estaduais com as prefeituras visando a geração de empregos e de recursos financeiros nos municípios, é uma diretriz voltada para fixar a população. As áreas prioritárias para a municipalização são a educação, a saúde, a aquisição da merenda escolar e a manutenção de obras públicas. Mas existem critérios para que um município seja beneficiado com recursos adicionais: deve utilizar mão de obra, matéria-prima, e bens de consumo locais; não alocar mais de 60% dos recursos orçamentários na contratação de funcionários; adotar critérios ambientais na promoção de atividades econômicas e criar conselhos comunitários para participar e fiscalizar as ações da prefeitura.

VANTAGENS COMPARATIVAS DO BRASIL: O Brasil apresenta diversas vantagens comparativas frente a outros países. Incrível diversidade de ecossistemas, em níveis diversificados de conservação, alta potencialidade de recursos minerais e pesqueiros, as maiores reservas de biodiversidade do mundo, imenso potencial turístico e grandes áreas agricultáveis são fatores que colocam o Brasil em posição estratégica diante da nova configuração geopolítica mundial.

PARCERIAS COM A SOCIEDADE CIVIL E INICIATIVA PRIVADA: A tarefa de implementar o desenvolvimento sustentável somente poderá ser alcançada através de um esforço conjunto. Descentralizar as atividades tidas como tipicamente governamentais, repassando recursos e responsabilidades para instituições da sociedade civil organizada e iniciativa privada, é um importante instrumento de distribuição de renda e de controle sobre as ações do Poder Público, resultando no fortalecimento das comunidades locais. Porém, essa descentralização de atividades públicas deve ser fiscalizada de perto pelo Poder Público, de modo a se garantir a devida aplicação dos recursos públicos.



Movimento de Mulheres

Eliana de Castro Armada - Muna Zeyn

"A história da mulher não é somente a história de sua opressão. É, ao mesmo tempo, uma história de resistência e luta para eliminar preconceitos e discriminações, recuperar posições perdidas, transformar sua condição de vida e alcançar o seu pleno florescimento como ser humano igual, autônomo e digno." (Zuleika Alambert)

O Manifesto que fundamenta e legitima o Programa e o Estatuto do Partido Socialista Brasileiro afirma que: *"O Partido Socialista é um Partido aberto e sua vontade será a vontade de seus militantes."* A Tese que ora apresentamos e que propõe a criação da **Secretaria Nacional da Mulher Socialista** se insere e se fundamenta nos anseios democráticos que também legitimam e fundamentam o Programa e o Estatuto do PSB.

Considerando os propósitos socialistas e os princípios democráticos que sempre nortearam e motivaram os fundadores e as lideranças do PSB e considerando fundamentalmente a história, a luta e a contribuição das mulheres em todos os momentos difíceis por que passou a sociedade brasileira urge a criação de um espaço partidário onde as militantes socialistas que tanto contribuem para o crescimento do partido em suas várias dimensões possam discutir suas questões, divergências e reivindicação específicas.

As mulheres brasileiras estiveram presentes e contribuíram, algumas com a própria vida, em momentos importantes e difíceis na história do Brasil, participaram na luta contra a ditadura, na luta pela redemocratização e foi fundamental a sua participação na luta pela anistia.

As mulheres constituem cerca de 50% da população brasileira e, por conseguinte participam da vida política de várias maneiras: como eleitoras, militantes partidárias, candidatas.

O **Partido Socialista Brasileiro** não desconsiderou, de acordo com seus princípios que pregam o amplo exercício da cidadania estas questões pertencentes à metade da população que são as mulheres. Foi muito importante, especialmente para nós, mulheres socialistas do Estado de São Paulo, ver considerado no Anteprojeto de Programa de Governo do Nosso Partido para o Estado

de São Paulo com muita clareza as propostas extremamente atuais no que se refere à luta das mulheres. A idéia que permeia todas as propostas para as mulheres nesse Anteprojeto é de que: *"A luta pelo fortalecimento da participação da mulher na sociedade é a luta por uma sociedade realmente igualitária"*.

As propostas apresentadas resgatam ações importantes, como por exemplo, difundir no âmbito Estadual os documentos internacionais de proteção do direito das mulheres ratificados pelo Brasil; incentivar a participação da mulher na administração pública, inclusive nos órgãos de decisão.

O Brasil, entre outros países, participou e foi signatário da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher realizada em Beijing, China – 1995, organizada pela ONU. Dessa conferência a partir da análise da situação das mulheres no mundo e considerando as especificidades de cada País elaborou-se uma plataforma de ação e uma das dez esferas de especial preocupação desta conferência foi: *"A desigualdade no poder e nas tomadas de decisões"*.

Nós, mulheres socialistas, não precisamos provar nossa capacidade, nem nossa contribuição como militantes partidárias, construímos e contribuimos para o crescimento do Partido juntamente com nossos companheiros militantes. Sabemos e temos orgulho dos princípios democráticos que norteiam o PSB, no entanto ainda não existe no Partido Socialista Brasileiro um espaço onde as mulheres socialistas possam discutir suas especificidades; para tanto se faz necessário a criação da **Secretaria Nacional da Mulher Socialista**, reiterando que não precisamos provar nem a nossa contribuição e nem a nossa qualidade de militantes, entendemos que adquirimos o direito de possuir este espaço no Partido.

Certamente, o **Partido Socialista Brasileiro** que tem em seus quadros homens e mulheres que lutam por uma sociedade menos injusta e por uma cidadania plena, irão referendar e compartilhar dos anseios das militantes socialistas. Avançando assim nas conquistas de seus ideais.

**Imperecível gratidão a Maria José da Silva Ribeiro
(Majo) – Movimento de Mulheres.**



Socialismo, Internacionalismo e Globalização²

Bernardo de Souza – Deputado Estadual PSB/RS

Proposição: O internacionalismo é o compromisso histórico que a esquerda deve contrapor ao modelo atual de globalização, propondo regras e instituições supranacionais controladas democraticamente pela humanidade.

1. A economia mundial sempre buscou a internacionalização. Marx já afirmava que “a indústria moderna estabeleceu o mercado mundial”¹.

Globalização é o nome que se dá a esta etapa histórica que tem como significativa “a movimentação transfronteiriça de capital intangível”².

2. Não são exclusivamente econômicos os componentes e os efeitos da globalização: “A globalização não é apenas um fenômeno econômico, antes, trata da transformação do espaço e do tempo”³.

3. A globalização “elimina fronteiras e põe em xeque a identidade e a soberania dos Estados nacionais pela destruição de suas prerrogativas reguladoras”⁴.

4.5. As facilidades tecnológicas, a intensificação dos sistemas de transportes e o afrouxamento das fronteiras nacionais levaram ao chamado *livre comércio* – que pode destruir economias nacionais e regionais e segmentos produtivos inteiros e desemprega em massa.

6. Entre as questões hoje postas à humanidade, está o desemprego, que tende a se expandir dramaticamente: “estamos entrando numa nova fase na história do mundo – em que cada vez menos trabalhadores serão necessários para produzir bens e serviços para a população global”⁵; e “o crescente desemprego dessas últimas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural”⁶.

7. Existem duas alternativas: ou o “futuro sombrio de desemprego em massa”⁷, ou “o início de uma nova era na história, na qual os seres humanos serão libertados finalmente de uma vida de árduo trabalho e de tarefas repetitivas sem sentido”⁸.

8. Como alternativa, a *esquerda* deve retomar a bandeira elementarmente óbvia da redução da jornada de trabalho – sem redução de salário – que garantirá oportunidades de emprego para muitos dos atuais desempregados.

9. A esquerda historicamente sustentou o internacionalismo, a planetarização e a superação dos limites nacionais como o grande sonho de fraternidade do gênero humano – pois na concepção clássica marxista, os Estados nacionais não passavam de “uma nação com um governo, um código de leis, um interesse nacional de classe, uma fronteira e uma tarifa alfandegária”⁹.

10. Não pode nem deve, a esquerda, mudar sua histórica proposta. Deve continuar sustentando o internacionalismo, que sempre foi sua bandeira, pois “os homens trabalhadores não têm país”¹⁰. Alguns setores da esquerda – perplexos ou despreparados – não compreendem que o sonho do internacionalismo não sucumbiu.

11. Esta globalização é de exclusão, de marginalização e de miserabilização.

12. As instituições internacionais, que hoje impõem sua lógica ao mundo, não são democraticamente instituídas, nem são democraticamente controladas.

13. O problema das intervenções militares internacionais está na circunstância de que são decididas por um

grupo de potências militares e não pela humanidade. O mesmo se pode dizer do Fundo Monetário Internacional.

14. Para a *esquerda*, a denúncia do atual modelo de globalização só pode se fazer com a proposta de outro modelo de internacionalização. Deve, a *esquerda*, propor novos modelos, com instituições e com regras democraticamente estabelecidas e democraticamente controladas.

15. Diante da descontrolada circulação dos capitais financeiros, especialmente daqueles denominados *voláteis*, tem sido proposta a criação de tributos internacionais sobre as aplicações financeiras. Entre tais tributos mundiais sobre as aplicações financeiras, aquele conhecido como *Tobin tax*¹¹ tem recebido a maior atenção. Só terá viabilidade, entretanto, se for aplicado uniformemente em todos países do mundo, sob pena de gerar desvantagens competitivas na captação de investimentos internacionais.

16. Um outro tributo mundial está sendo sugerido para incidir sobre o tempo de acesso à rede da INTERNET – a denominada *Bit tax*.

17. Outra questão relativa a instituições internacionais trata da ordem jurídica, especialmente da criação de regras jurídicas e de tribunais com vigência e abrangência planetárias.

18. Estas regras e estes tribunais supranacionais adquirem especial significação diante da necessidade de proteção dos denominados *direitos humanos fundamentais*, em geral ofendidos por governos de Estados nacionais que só poderiam ser responsabilizados perante cortes internacionais.

19. Sem que este tema seja – agora, aqui – objeto de análise e debate, resta a proposta de que a *esquerda* preserve sua histórica vocação e suas históricas proposições internacionalistas e se contraponha ao atual e vigente modelo de globalização com a proposição de regras e instituições internacionais democráticas: democraticamente estabelecidas, democraticamente controladas.

¹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo : Paz e Terra, 1997. p. 11.

² REINICKE, Wolfgang H. Políticas públicas globais. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 12 dez. 1997. Foreign Affairs – edição brasileira, p. 26.

³ GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo : UNESP, 1996. p. 12-13.

⁴ RAMONET, Ignacio. A neoguerra invisível. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 1999. Mais 1, p. 5.

⁵ RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos** : o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. Tradução : Ruth Gabriela Bahr. São Paulo : Makron Books, 1995. p. XVIII.

⁶ HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. Tradução : Marcos Santarrita. São Paulo : Companhia das Letras, 1995. p. 403.

⁷ RIFKIN, **O fim** ..., p. 13.

⁸ RIFKIN, **O fim** ..., p. 13.

⁹ MARX, **O manifesto** ..., p. 16.

¹⁰ MARX, **O manifesto** ..., p. 41.

¹¹ O nome deriva do autor de sua proposta, o economista norte-americano James Tobin, prêmio Nobel de economia.



Desafios políticos e eleitorais do PSB

Planejamento das eleições municipais

Renato Casagrande – PSB/ES
Relator em plenário: Isaura Nobre Rodrigues

Por menor que seja o município a disputa eleitoral exige planejamento e profissionalismo para se ter chances de chegar à vitória e até para se fazer uma campanha com menor custo.

O PSB iniciou, sob a coordenação da Direção Regional, em conjunto com as Municipais, um trabalho visando as eleições de 2000. No mês de dezembro de 1998 em uma reunião do Diretório, ampliada com os municípios, discutiu-se diversos temas referentes ao fortalecimento partidário e outros assuntos necessários a preparação do partido rumo as eleições do ano que vem, orientados por um documento intitulado "Projeto PSB 2000".

Parte do que foi discutido, obrigatoriamente já deveria ter sido implementado, se não o foi, com certeza o partido no município já está sofrendo as consequências de não contar, por exemplo, com uma chapa completa de candidatos a vereador, obrigando os dirigentes a se preocuparem com a busca de coligação para garantir a eleição de uma bancada socialista. Além de que na disputa para composição da chapa majoritária o partido já entra enfraquecido. Presenças, contatos, incentivo e motivação não faltaram por parte da Direção Regional.

Mas, muito ainda deve e pode ser feito, nesses próximos meses, até o início oficial da campanha e às direções estaduais caberá a tarefa de manter constantemente mobilizadas as seções municipais.

Chapa Majoritária

O PSB tem a possibilidade de disputar as eleições majoritárias no ES em até 35 municípios. A orientação partidária deve ser a de lançar o máximo de candidatos a prefeito, desde que existam as condições políticas – coligação e base eleitoral. Caso isso não aconteça o melhor a se fazer é concentrar os esforços em uma boa composição indicando, se possível, o candidato a vice e eleger um bom número de vereadores.

Esse comportamento não pode ser válido caso não exista um outro candidato das forças de centro esquerda, necessitando para isso a participação de lideranças socialistas na construção de um projeto para o futuro.

No município onde exista mais de um pré candidato a prefeito do PSB, a direção deve encaminhar o processo de escolha de apenas um até os primeiros meses do ano 2000.

Chapa Proporcional

Quem trabalhou a formação de uma boa chapa de candidatos a vereador até o prazo final de filiação está alguns passos à frente dos que não trabalharam. Esses ainda podem recuperar o tempo perdido através do convencimento de filiados para que possam se transformar em candidatos – não se esquecendo nunca das mulheres. Neste caso a orientação é a de que em todos os municípios o partido possa sair para as eleições com uma chapa completa de vereador e que se desenvolva nessa fase de pré-eleição atividades

para os futuros candidatos como cursos de formação política e técnicas legislativas, além de buscar a unidade do grupo com a afirmação de que quanto mais votos o colega tiver, melhor para todos.

Alianças

A prioridade são alianças com os partidos de centro esquerda, sendo que a realidade destes pode mudar de município a município. Algumas referências devem ser usadas como, por exemplo, o posicionamento que as lideranças de um determinado partido tiveram na eleição presidencial; qual a relação dessas lideranças com figuras estaduais que estão envolvidas com o projeto de poder implantado no Estado; qual a relação com os movimentos populares, comportamento ético... A referência em nível nacional dos partidos de esquerda são, primeiramente – o PT, PDT, PC do B, PSN, PCB, PMN, posteriormente o PPS, PV, PAN e PSC.

Se o partido tem candidato a prefeito a aliança poderá ser mais ampla. Se não, e o município desejar aliança com partidos que fujam ao espectro de centro esquerda deverá, obrigatoriamente, expor os motivos para que a Direção Regional possa deliberar até antes da data da convenção municipal, o mesmo ocorrendo para as seções municipais que dispuserem de candidaturas próprias.

Após essas definições pelo Congresso Regional e em novembro pelo Nacional, as municipais terão base para aprofundar o diálogo visando a composição da futura aliança. Observem que se busca sempre as alianças de centro esquerda e nunca apenas as de esquerda. Este tem sido o comportamento do PSB e que tem garantido seu crescimento, até por que em muitos municípios apenas uma aliança de esquerda não viabiliza a possibilidade de vitória.

Programa de Governo

No PSB não se disputa o poder apenas pelo simples poder, mas para implementar um projeto de melhoria da qualidade de vida da população. Portanto, é necessário a discussão, através de seminários, de temas importantes para o município para que os candidatos a prefeitos, vices e vereadores tenham objetividade em suas propostas e mostrem a diferença na hora da campanha. Essas discussões devem envolver, além do conjunto partidário, as entidades da sociedade e outras lideranças. Esse programa deve ser negociado com a coligação na qual o Partido estiver participando e, independente do prefeito ser socialista ou não, cobrar a sua implementação.

Temas como o combate à corrupção, participação da sociedade nas decisões do Governo, programa de renda mínima, bolsa escola, ações de fortalecimento da agricultura familiar, promoção e recuperação da saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, e em alguns municípios transporte coletivo e segurança pública, não podem estar de fora de um programa socialista.

Finanças

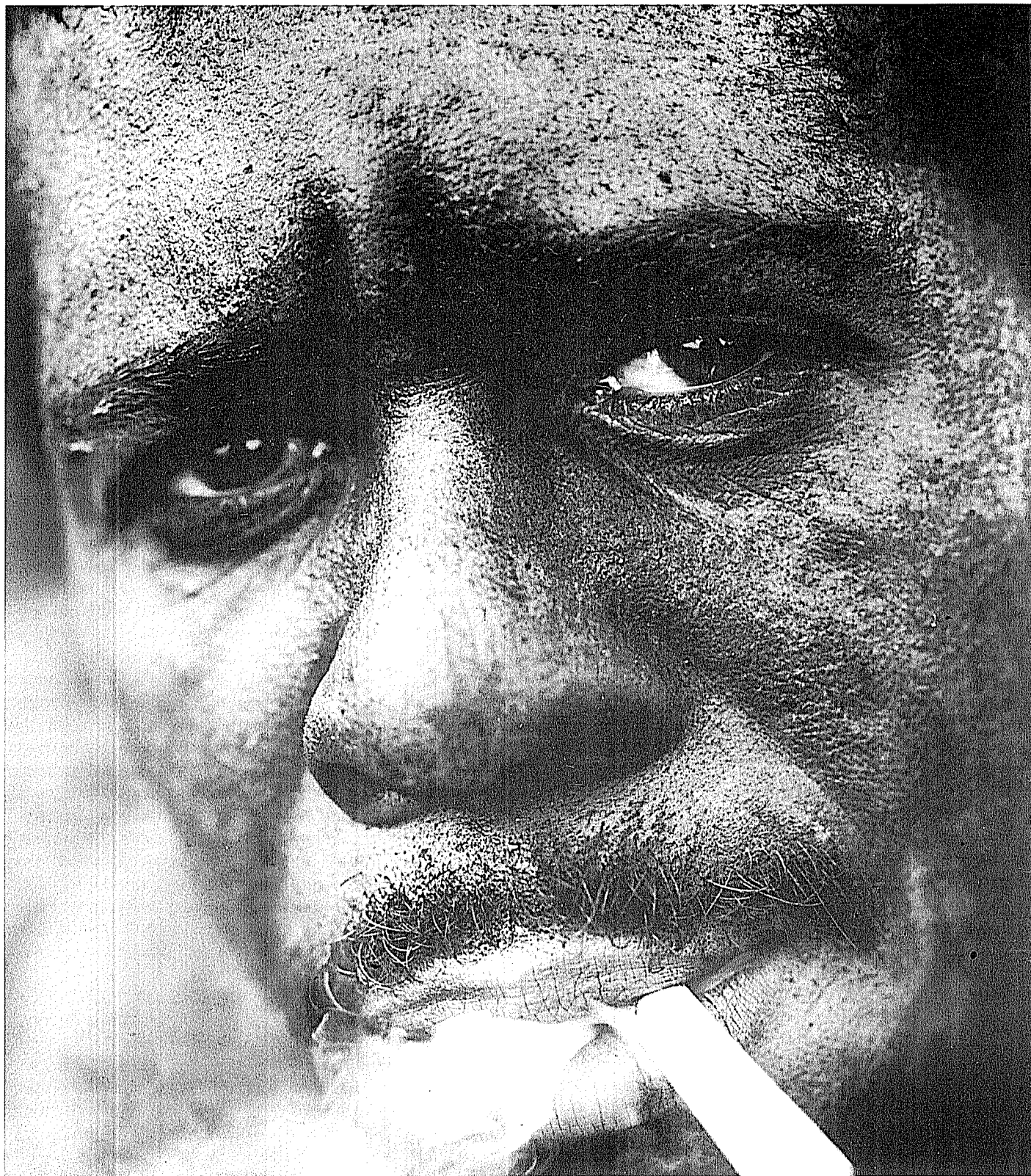
Esse é um dos principais temas, mas o PSB tem muita dificuldade de lidar com ele. Primeiramente para que o partido possa desenvolver todas suas atividades com eficácia é preciso que ele esteja estruturado através das contribuições dos filiados, dos detentores de mandatos e cargos comissionados.

Mas, apenas com as contribuições estatutárias não se faz uma campanha. É preciso buscar novas alternativas, e não existe receita, tem que se ter criatividade e determinação. Primeiro é importante cooperativar os gastos, isto é, material para um vereador fica mais caro que para todos juntos. O Partido deve imediatamente escolher uma coor-

denação de finanças para levantar custos e discutir com os pré-candidatos a possibilidade de começarem a fazer um caixa de campanha que poderá envolver outras pessoas com condições financeiras de colaborar, seja do partido ou não. Para isso tem que pedir ajuda argumentando sempre a necessidade do projeto político-administrativo que se quer implementar. Deve-se através desse trabalho garantir o básico para cada candidato. A Direção Regional também estará buscando alternativas.

Essas são algumas idéias para tentar colaborar, mas o mais importante é pedir o voto com a convicção de que estará ajudando na melhoria da qualidade de vida da população. Vamos à luta, digo, ao voto. O terceiro milênio, com certeza, será mais humano, fraterno, enfim, socialista.

Foto: Tina Coêlho



Tese aprovada no IV Congresso Estadual de São Paulo

Edmundo Carvalho
PSB/SP

Foto: Tina Coêlho



O tema Socialismo Cidadão resgata a idéia de que o alvo da democracia tem que ser o HOMEM e a mais ampla garantia de suas manifestações livres e autênticas, para a construção de uma sociedade soberana.

Para compreendermos de forma inteira tal prenunciado, temos que ter certeza de que o que queremos sinceramente é garantir a soberania e a liberdade não para o HOMEM de hoje, mas para o HOMEM de sempre.

E aí, há que se pensar nas gerações, no Planeta como habitat indispensável para a concretização dos nossos sonhos que por sua vez só serão possíveis com gente que tenha saúde, vivendo numa sociedade que se sustente, numa Sociedade Sustentável.

Por outro lado, quando nos organizamos enquanto partido político, nos dispomos como intermediários entre o poder e a sociedade, entendendo o primeiro como o instituto das causas e do cumprimento das necessidades da segunda. E nos propomos então parceiros da história fundamentando a teoria socialista no cotidiano do cidadão, para atingir a plenitude de seus direitos e das suas potencialidades.

Como intermediários do povo, portanto, vemos in-

dignados os rumos adotados pelo governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso que suprime fria e insolentemente todas as possibilidades de sustentabilidade de nossa sociedade, haja vista a desídia com que trata os assuntos mais fundamentais da Nação.

Oprime o povo com uma impiedosa Ditadura Financeira engendrada nas universidades americanas, construtora de mentalidades autômatas, com exemplares mais autênticos ocupando os postos chave da administração federal.

A Tese de São Paulo chama a atenção, ainda, para as eleições municipais de 2.000, quando o partido como um todo deve se engajar em todo o território nacional no fortalecimento de nosso projeto nacional, buscando mostrar aos candidatos e principalmente aos eleitos que cada prefeitura é um instrumento valorosíssimo para a implementação de nossa perspectiva socialista.

Finalizando, recomenda a Tese que o PSB Nacional e todos os socialistas do Brasil assumam e compreendam a importância das eleições na capital de São Paulo como o campo de confronto que colocará, como em nenhum momento de nossa história, a possibilidade de exposição de nossas prerrogativas e principalmente nossas propostas.



Os desafios políticos e eleitorais do PSB

Gustavo Balduino
Secretário de Meio Ambiente da
Comissão Executiva Nacional

Esses são desafios que a todo tempo estão presentes em qualquer partido que pretende alcançar o poder. A combinação da luta social e a eleitoral é por si só um grande desafio. No nosso caso esses desafios podem ser traduzidos pela necessidade do PSB construir um projeto de poder próprio e uma estratégia que o viabilize. Este projeto para ser socialista exige que o Partido não venda a ilusão de melhor gestão do modelo hegemônico e sim a sua derrota.

Dentre os dois a superação do desafio político deve andar à frente, porém, atenta ao desafio eleitoral. Resolvida a questão política, as vitórias eleitorais servem à transformação da sociedade. Os desafios políticos do PSB são três: 1- se afirmar enquanto Partido socialista; 2- democrático; e 3- brasileiro. São afirmações que devem ser construídas paralelamente.

O primeiro desafio, ser socialista, pode parecer óbvio, mas talvez seja o mais difícil. Para vencê-lo devemos inicialmente debater exaustiva e permanentemente qual é o socialismo que acreditamos e defendemos. Neste debate devemos estar abertos a assimilar novos conceitos. Mas devemos estar em alerta para o contrabando de idéias anti-socialistas apresentadas como "modernização, novos paradigmas, novos atores, etc.". O resultado deste debate deve ser aplicado nos governos, nos mandatos legislativos, em qualquer campo de atuação dos filiados do PSB.

O segundo desafio, ser democrático, tem no mínimo duas faces. Uma no funcionamento interno e outra nas ações perante a sociedade.

Internamente o direito de participação de todos os filiados nos debates e instâncias deve ser assegurado e incentivado. O filiado que discute, torna-se responsável pela decisão e um militante da causa socialista.

Externamente, os conflitos sociais devem ser tratados de modo a atender os interesses da maioria da população. Da mesma forma o respeito às organizações dos trabalhadores, bem como o auxílio para a organização dos demais, também é sinônimo de uma postura democrática do PSB diante da sociedade.

O terceiro desafio, ser brasileiro, passa por um programa que defenda o pacto federativo, as riquezas do país, o parque industrial e a agricultura nacionais.

Passa ainda por uma consolidação do partido nos vários estados e regiões do Brasil. O PSB tem de ser visto pela sociedade como presente em todo o território nacional e com a mesma identidade programática.

Os desafios eleitorais mais imediatos do PSB por sua vez, significam participar de uma aliança político-eleitoral vitoriosa nas eleições presidenciais, com candidato próprio ou não. Simultaneamente, eleger governadores do partido e multiplicar as bancadas federais e estaduais. A primeira fase deste desafio será as eleições do próximo ano.

As disputas eleitorais devem ser encaradas como etapa do processo de consolidação do partido e de seu projeto

de poder. Desta maneira cada eleição não pode ser vista como um recomeço ou como sendo a última, em um jogo de tudo ou nada.

Planejamento das eleições municipais

As eleições municipais do ano 2000 serão determinantes para a definição do jogo político da próxima década. O desempenho eleitoral irá dividir os partidos em dois grandes blocos: um estratégico, onde ficarão os que podem tornar-se pólos aglutinadores e outro dos que buscarão se agregar aos primeiros. Como reflexo de uma sociedade plural os dois grandes blocos se subdividem em dois outros de caráter ideológico: centro-direita e centro-esquerda. O posicionamento em um ou outro bloco estará mais relacionado a tendências de crescimento, diminuição ou estagnação do que propriamente ao tamanho dos partidos.

Para se colocar como uma alternativa de pólo aglutinador das forças de centro-esquerda, além de obter um resultado eleitoral que sinalize claramente uma tendência de crescimento é preciso também que o Partido apresente um projeto estratégico. Para que o projeto seja identificado é necessária sua consolidação em todo o país, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A eleição de um grande número de companheiros será bem vinda e é esperada, mas não deve ser o único objetivo. Por isto a estratégia do Partido deve considerar com igual importância a eleição de prefeitos, a formação de uma grande rede de vereadores, mas também a divulgação da sigla e do programa, a popularização e preparação de novos quadros e a construção de um comportamento orgânico dos militantes e das instâncias de base. A tática eleitoral para 2000 será vitoriosa com a preparação do Partido para as eleições de 2002.

Dentro desse planejamento, as capitais e as principais cidades têm uma importância maior no contexto político e justamente por isso as eleições nesses municípios devem ser encaminhadas em comum acordo com a direção nacional.

Para atingir os objetivos propostos sugerimos algumas orientações:

a. disputar as eleições majoritárias com candidatos próprios em todos os municípios nos quais seja possível, mesmo sem possibilidades reais, mas como forma de garantir espaço próprio na mídia;

b. disputar as eleições proporcionais sem coligações;

c. orientar os parlamentares federais e estaduais a disputarem as eleições majoritárias nas cidades que tenham influência, como forma de assegurar espaço para o Partido na TV e referências nas posições nacionais do PSB;

d. os melhores quadros eleitorais do Partido nos municípios devem priorizar a disputa proporcional como forma de fazer bancada, a menos que as pesquisas indiquem índices de intenção de voto superiores a 20% para a eleição majoritária;

e. todos os candidatos do PSB devem ser orientados por um programa mínimo cujo tema central deve ser criação de emprego e renda;

f. os programas eleitorais de rádio e TV deverão ter vinheta de abertura e/ou fechamento valorizando a sigla PSB, o número 40 e o voto na legenda.

a. Política de alianças

A política de alianças é de extremo relevo nas disputas eleitorais mas também para demarcar o campo ideológico em que o Partido se coloca. O PSB deve procurar reproduzir o campo de alianças que constrói nacionalmente, com maior abrangência sendo do Partido o candidato a prefeito. No entanto não podemos permitir alianças com os partidos que nos municípios são identificados com FHC sob pena de confundirmos os militantes e prejudicarmos a construção de uma identidade partidária nacional.

Como defendemos que o PSB dispute as eleições majoritárias com candidatos próprios à prefeito em todos os municípios onde for possível, consideramos que o campo de alianças nestes casos devem incluir PT, PDT, PPS, PC do B, PCB, PMDB, PMN, PHSN, PSTU, PL e PV. Essa flexibilidade pressupõe que o nosso candidato será um companheiro ou companheira orgânico, que não seja objeto de questionamentos éticos ou legais e preparado para apresentar à sociedade o programa do Partido que deve prevalecer nas campanhas.

Onde não for possível ter candidato próprio à prefeitura, o nosso campo de aliança deve ser mais restrito. Nestes casos, devemos apoiar somente candidatos do PT, PDT, PC do B, PPS, PSTU, PV, PL e PHSN.

b. Campanha de filiação e perfil de candidatos

O PSB, tendo como base um programa partidário socialista e amplamente debatido, precisa conquistar uma etapa importante no seu projeto de poder: tornar-se um partido de massas. Para isso precisamos atrair novos companheiros e também sermos atraente para a maioria da população.

Para atrair, cada um de nós e principalmente as lideranças, temos que ter abertura e empenho para receber no-

vos companheiros, inclusive para serem candidatos nas próximas eleições.

Para ser atraente, temos que representar um projeto real de poder, demonstrar uma democracia interna consolidada e usarmos a linguagem apropriada para tornar nossos ideais e práticas conhecidos por parcelas expressivas da população.

Isto implica em uma campanha de filiação em todo o Brasil. Do ponto de vista prático é necessário resolver a questão da contribuição anual, que tem se mostrado um fator restritivo a novas filiações. Este preceito estatutário, criado com o correto objetivo de comprometer cada filiado com o financiamento do Partido, lamentavelmente não tem alcançado seus fins.

Na esmagadora maioria dos casos, o pagamento é efetuado por lideranças mais abonadas, o que responde a necessidade financeira do Partido, mas compromete a democracia interna. É preciso buscar outra solução de financiamento e liberar os filiados dessa contribuição já no próximo ano.

Ao priorizarmos as disputas com candidatos próprios e a formação de chapas de vereadores sem coligações teremos muitos espaços. Incentivar companheiros e companheiras que militem nos movimentos populares, que discutam as questões de gênero e raça, lideranças sindicais e de classe, micro e pequenos empresários e personalidades comprometidas com as causas populares e dos direitos humanos, esses devem ser os perfis preferenciais dos nossos candidatos.

Uma plataforma partidária comum

Para contribuir na construção do projeto de poder uma identidade nacional é fundamental e esta será consolidada quando o PSB falar a mesma linguagem em todo o país e ao longo do tempo. Esta linguagem no período eleitoral é prioritariamente o programa que o Partido apresentará à sociedade.

Este programa deve ser melhor detalhado pela Fundação João Mangabeira a partir do programa de governo que o PSB apresentou nas eleições presidenciais. Na nossa opinião, diante da conjuntura, o tema criação de emprego e renda deve ser o êxito desse programa. Em cada município este programa mínimo deve ser complementado com as demandas locais.

Foto: Tina Coêlho



O PSB e a Questão Nacional - Resumo

Napoleão Ferreira da Silva Neto

1º Vice-Presidente do PSB/Ceará

Maria Vieira dos Santos Cidrack (Conceição)

Secretária-Geral do PSB/Ceará

Eudoro Walter de Santana

Dep. Estadual, Líder da Bancada do Ceará e

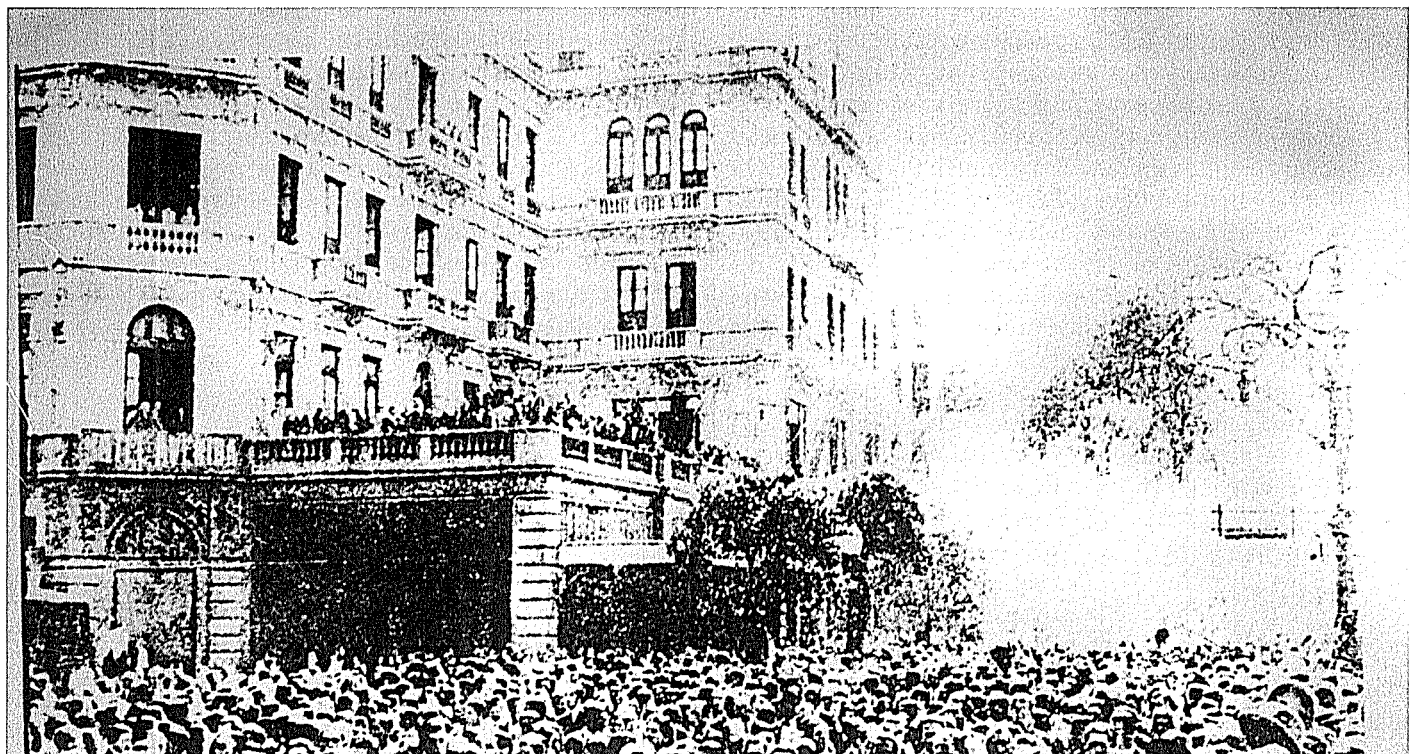
Membro da Executiva Nacional

Mário Miranda de Albuquerque

Secretário de Comunicação do PSB/Ceará

Leonardo Furtado Sampaio

Presidente da Comissão de Ética do PSB/Ceará



Revolução de 1930 - Manifestação de rua - Rio de Janeiro

Os 500 anos de construção da civilização brasileira, como de resto toda a América Latina, configurou-se pela inserção do País na economia globalizante do capitalismo. De fato, desde o seu nascedouro, o Brasil incluiu-se no processo mercantilista de acumulação do Capital. Este processo gerou diversidades regionais marcantes durante o período colonial e até à época do Império, fica difícil afirmar-se a existência de um só Brasil. Tivemos ao longo dessa história o Brasil do Açúcar, o Brasil do Gado, o Brasil do norte extrativista, o Brasil do Ouro e outros Brasis.

Porém o que marca este processo civilizatório é a permanente luta do povo brasileiro contra as diferentes formas de dominação impostas pelo sistema. Desde Palmares a Canudos, do Contestado a Farroupilha, da Cabanagem a Balaiada, da Confederação dos Tamoios à Confederação do Equador, o ardor revolucionário de um povo em franca construção, traçam os quadros de uma memória coletiva nacional cara e necessária a nossa ação política.

Dessa epopéia brasileira resultou a amálgama mestiça de uma consciência nacional, comum à língua e aos costumes, onde falas, rumos e rebeldias ressaltam a mistura das três raças originais, acrescidas das outras correntes migratórias, mais recentes.

No século XX, as contradições do Capitalismo mundial estabeleceram momentos de relativa autonomia do desenvolvimento nacional, na América Latina. Trata-se dos anos 30, quando a crise econômica mundial de 1929, abalando os pilares do Capital nos países dominantes, induziu à substituição de importações e ao modelo político do populismo. Evidente que este modelo em parte chegou ao colapso, ao longo das décadas que nos separam daquele momento. Porém, esse hoje velho nacionalismo nos legou vitórias populares importantes. A nacionalização do petróleo é uma delas, que vale-nos rememorar, sobretudo pela vibrante participação que ensinou ao povo brasileiro, no pós-segunda guerra mundial.

Assim, é desta herança que não pode abrir mão o PSB; nem trocá-la por esquemismos dogmáticos, que não considerem a cultura e a simbologia que ela expressa nas formas de agir e pensar do povo brasileiro. Consideramos que a Nação brasileira ainda está por acontecer, esta Nação será o nosso povo em movimento, nesta Nação não caberá o capital apátrida, esta será a Nação onde o nosso projeto socialista se concretizará em um modo singular e identitário de ser brasileiro. O Nacional em suma, tornado concreto em um território do socialismo e da liberdade.



Revolução democrática e desenvolvimento sustentável

Domingos Leonelli
Membro da Executiva Nacional

Vida e Globalização

A apreensão em torno da vida sobre o planeta, mesmo depois de passado o risco iminente de uma guerra nuclear, decorre da constatação de que os estados nacionais estão cada dia mais incapazes de oferecer limites aos movimentos do grande capital.

A grande dúvida, levantada não por socialistas ou revolucionários, mas por pensadores considerados conservadores do chamado primeiro mundo é se "o poder destrutivo ecológico – bem como social e cultural – do capitalismo planetário pode ser novamente posto sob controle".

Subordinação Ativa

O Estado moderno perde também "substância democrática" quando o círculo daqueles que, em cada País, efetivamente decidem não coincide com o círculo daqueles que são afetados por essas decisões.

Mas se os estados nacionais de todo o mundo, mesmo os hegemônicos, perdem poder de decisão frente a economia global, na América Latina e no Brasil ocorre um outro fenômeno: o desejo, a iniciativa de parte das elites de se anteciparem nesta subordinação aos circuitos financeiros internacionais. Um desejo de servir e se submeter. O fenômeno da **subordinação ativa**, protagonizado por nossas elites que engendraram e se acomodaram a um modelo de desenvolvimento que ao longo de nossa história baseia-se na **desigualdade**, na **dependência externa** e no **crime ecológico**.

Soberania Nacional, Governança Global

Nada, é mais moderno, atual e premente do que a luta pela Soberania Nacional, pois a grande questão do capitalismo global é exatamente a perda de capacidade de intervenção dos estados nacionais sobre as decisões que afetam os povos de cada país. Não se confunda, portanto, a luta pela Soberania Nacional com qualquer nostalgia em relação à maior presença do Estado na economia ou resistência ideológica ao fenômeno da globalização. Ao contrário, a soberania nacional é uma questão universal e moderna cuja centralidade foi recolocada pela própria globalização.

Globalização e Revolução Democrática

A profunda mudança na base material de produção que se observa em escala mundial, embora com ênfases e efeitos diferenciados, em cada região, implica em profundas alterações na forma de pensar e de fazer a política.

A verdade é que se o processo de mudanças no sistema produtivo mundial mantiver a sua velocidade – e tudo indica que manterá – sem que os países do Hemisfério Sul

façam ajustes econômicos e sociais, não apenas em suas finanças, mas em suas estruturas de produção e distribuição de renda, o resultado da revolução tecnológica e da globalização será um assustador *apartheid* econômico e social.

Por que é democrática a revolução brasileira

O chamado terceiro mundo, os países não desenvolvidos, os países de capitalismo tardio, em grande parte situados ao sul do meridiano, não realizaram o componente democrático da revolução burguesa. Entraram no capitalismo com mão de obra escrava e se desenvolveram sob regimes socialmente excludentes, economicamente dependentes e ecologicamente destrutivos.

No Brasil, mesmo durante o período de mais intenso desenvolvimento capitalista sob o regime da substituição de importações com forte amparo estatal, não se distribuiu para toda a sociedade os suculentos frutos daquele progresso.

Cabe portanto, às forças do trabalho, fazer cumprir no Brasil a etapa democrática da revolução burguesa que as políticas do capitalismo não foram capazes de fazer.

Revolução democrática e desenvolvimento sustentável

Pode-se afirmar, sem medo de errar, que tudo que reduz desigualdade, preserva o patrimônio natural e amplia a participação democrática é revolucionário no Brasil, pois acelera o processo da etapa preliminar e obrigatória: transformar 50 milhões de brasileiros marginalizados pela miséria e pela pobreza, em cidadãos de uma república. Esse resgate é essencial para quebrar uma das pontas do esquema de dominação de classes no Brasil, que se baseia nessa profunda desigualdade.

A revolução democrática é um processo no qual ao mesmo tempo em que se consolidam conquistas com as estruturas atuais do Estado Brasileiro, luta-se para transformar essas estruturas.

Dentre os objetivos centrais da revolução democrática brasileira, estão, portanto:

§ Democratizar o acesso a bens materiais e imateriais para que todo brasileiro tenha o direito à vida, à felicidade. Traduzido em direitos como, ocupação remunerada legal, alimentação, moradia condigna, saneamento, saúde, educação, segurança pessoal, acesso à justiça, aposentadoria, acesso a bens culturais e à cidadania, assegurados uns pelo Estado e outros por salários dignos.

§ Democratizar a decisão sobre a preservação e a utilização do patrimônio comum representado pela natureza. Até aqui só os detentores do poder econômico e alguns restritos círculos militares tomam decisões sobre a grande riqueza da nação brasileira em evidente contradição com o que preceitua a Agenda 21.



Eixos centrais de uma revolução sustentável

O mundo não vai esperar pelo Brasil.

Necessário, portanto, reestruturar o Estado e a sociedade, partindo, pelo menos, de 3 eixos estratégicos e conectados entre si:

§ Um eixo produtivo moderno e mundialmente competitivo baseado em nosso potencial tecnológico, ampliado mediante uma política industrial audaciosa, séria e consequente.

§ Um segundo eixo produtivo e igualmente moderno, mas voltado para a segurança alimentar e para a agricultura de exportação; o extrativismo, a agro-indústria, agricultura familiar, os assentamentos.

§ Um eixo de sustentabilidade ecológica, cultural e de cidadania, voltado para a integração social e histórica onde o passado, o presente e o futuro constituam a nossa identidade nacional, com ampliação das estruturas governamentais já existentes, criação de outras, compreendendo os recursos destinados a essa área como investimentos de retorno em prazo muito mais curto do que aparentemente se supõe.

Um novo estado democrático

Para os socialistas brasileiros, a conquista de uma maior igualdade social e racial, o exercício da Soberania Nacional e a preservação do nosso patrimônio natural, passa pela construção de um Estado democrático forte, confiável, presente principalmente na regulação, na fiscalização, no provimento de serviços essenciais e, secundariamente, mas sem hesitação, quando for indispensável na intervenção e participação direta em atividades econômicas.

Em linhas gerais esse seria um Estado:

Fiscalizador das próprias organizações estatais e das estruturas públicas e privadas que além da correção administrativa, devem estar voltadas prioritariamente para a redução das desigualdades sociais; o desenvolvimento econômico social e a defesa da vida e do patrimônio natural
Regulador das relações entre os setores público e privados de forma a garantir um grau razoável de controle social e democrático sobre os meios de produção e os direitos dos cidadãos e consumidores. As funções de regulação do Estado, precisam se estender às complexas relações do desenvolvimento com a natureza para evitar que a degradação ambiental signifique redução de produção, emprego e renda. A lei da bio-diversidade do Amapá é excelente exemplo de regulação. **Provedor** de serviços públicos essenciais à consecução dos objetivos estratégicos de redução das desigualdades, soberania nacional e defesa do patrimônio natural, especialmente nas áreas de segurança alimentar, educação, saúde, justiça, segurança pública, saneamento, habitação popular, cultura, formação, qualificação e pré-qualificação de mão de obra. **Participativo** e democrático desde o planejamento até à execução orçamentária. **Garantidor** dos princípios básicos do sistema federativo, da democracia e dos direitos individuais. **Transparente** e modernizador da vida republicana, do próprio Estado através de medidas radicalmente democráticas no sentido de assegurar visibilidade às ações e às estruturas governamentais. **Modernizador** de sua própria estrutura funcional tendo claro que o seu objetivo é servir ao público e não ao próprio Estado. **Inovador**, inclusive para resistir com audácia e criatividade ao totalitarismo econômico e ideológico

do neo-liberalismo que acabou instituindo a empresa privada com modelo único de estrutura produtiva. Novas formas de organização econômica, social e cultural.

Super Mais Valia

Corrupção e devastação. Percebe-se com facilidade a incidência desses fatores sobre uma produção excedente de lucro, uma super-mais-valia resultante de uma super-exploração das rendas do trabalho e das relações destrutivas com a natureza.

O crime ecológico e a corrupção são formas pelas quais alguns segmentos da elite brasileira se apropriam do patrimônio e da renda dos trabalhadores. O trabalhador brasileiro além de estar submetido à clássica exploração capitalista produzindo a tradicional mais-valia, vê retirado da parte do seu trabalho que se transforma em impostos, uma nova "taxa" em benefício da mesma classe a que pertence seu patrão direto e formal. Mais um fator de concentração de renda.

Partido: quem precisa?

O PSB crescerá porque pensa de forma modernamente revolucionária e democrática e isso o liga aos setores majoritários da vida brasileira.

Importantíssimos segmentos da sociedade brasileira não têm representação ou estão sub-representados nos partidos de esquerda existentes. Alguns desses acabam sendo envolvidos pela direita via meios de comunicação. Precisam de partido os trabalhadores brasileiros que não têm emprego nem sindicato, as mulheres, os negros, os moradores dos bairros periféricos, os líderes dos movimentos comunitários, a juventude em busca do primeiro emprego. A essa gente brasileira, infelizmente uma grande maioria, só interessa uma perspectiva de mudança profunda das estruturas do País. Um partido que proponha um novo tipo de revolução democrática.

Partido de esquerda, projeto de centro-esquerda

À esquerda, como um todo, cabe um papel dirigente nesse processo. Mas a natureza da transformação que se pretende implica na indispensável participação do centro.

Só a esquerda pode liderar um projeto de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. E só o centro pode assegurar a base de apoio a este projeto.

É por isso que o PSB fala em um projeto político de centro esquerda e não apenas numa aliança política ou eleitoral.

Também por isso a natureza da revolução que propomos é democrática, igualitária e sustentável mas não socialista.

Posicionamento do partido e estratégia legislativa

Nossa propostas precisariam submeter-se a uma lógica de representação das maiorias, levando em conta dois fatores:

Fator 1 – mudança à estrutura sócio-econômica que afeta mais diretamente essa maioria que não alimenta expectativas em seus setores e corporações, individualmente.

Fator 2 – Construção de uma força real de mudança



e não apenas uma eventual vitória em eleição presidencial ou municipal.

E aí está o ponto: só com força legislativa, com maioria parlamentar só ou em alianças, um Prefeito, um Governador, mas, principalmente, um Presidente da República pode comandar uma verdadeira transformação estrutural.

Embora não se deva pensar que uma vez conquistada a maioria legislativa já teríamos feito a revolução.

É preciso, pois, que tenhamos uma verdadeira **estratégia legislativa** com prioridade absoluta à eleição de parlamentares que darão a verdadeira base de sustentação para a transformação social.

Organicidade na base do PSB do século XXI

O PSB para ocupar o espaço da representação das maiorias exigentes de uma verdadeira revolução democrática precisaria se construir criativamente como um verdadeiro "partido de novo tipo" no século XXI. Teria que **ampliar**, dilatar, expandir e **tornar mais perene a participação eleitoral** e institucional das lideranças da grande maioria de brasileiros.

Oferecemos à discussão 3 idéias orgânicas aparentemente muito simples mas representativas de uma concepção que supõe a expansão e a perenização da atividade política institucional e eleitoral.

Idéia orgânica nº 1 – Nossos candidatos a vereador, já agora em campanha se comprometeriam a manter funcionando o seu comitê eleitoral. Não necessariamente o comitê físico, o que seria bom, mas o comitê político, o grupo que apoiou e dirigiu sua campanha. Esse grupo, pelo menos o seu núcleo, encontram rapidamente outra forma de atuação social e política.

Idéia orgânica nº 2 – Os candidatos a vereador nas eleições comporiam um Conselho Político para acompanhar, apoiar, cobrir e partidizar, ao máximo, o mandato do companheiro que se elegeu: Como "sócios" desse mandato que ajudaram a construir, opinariam sobre a formação do gabinete, discutiriam projetos e participariam da atividade política e parlamentar do Vereador Socialista eleito.

Idéia orgânica-social nº3 – Fomentar e ajudar a construir conselhos de Desenvolvimento Sustentável em cada município ou até distritos e bairros visando compatibilizar o desenvolvimento econômico, urbano e rural com a defesa do meio ambiente e do nosso patrimônio natural.

Nossa tese contempla outros temas em capítulos sobre Discurso Socialista nas Eleições de 2000, Poder Municipal, Emprego e Renda, Temas Estruturais para qualificar o Discurso Socialista, Porque o PSB (e não outro partido) bem como notas sobre a Revolução.

Foto: Tina Coelho



Marcha dos 100 mil - Brasília, agosto/99



Socialismo e Democracia¹

Bernardo de Souza – Deputado Estadual PSB/RS

Proposição: A igualdade supõe e exige democracia com participação no exercício do poder:

“socialismo sem liberdade, socialismo não pode ser”

1. A revolução francesa fundamentou-se em princípios ainda atuais: liberdade, igualdade e fraternidade. Na liberdade, os homens exercitam suas diferenças individuais; na igualdade, se reconhecem portadores dos mesmos direitos fundamentais; na fraternidade se olham e se tratam como iguais e irmãos.

2. “O princípio básico do Estado Democrático é a soberania popular”¹ – que se afere pela vontade da maioria.

3. A democracia não é conceito para discursos e conveniências ocasionais e casuísticos. É de Bobbio a enumeração de regras da democracia – e “basta não observar uma delas para que o Estado não seja democrático”²:

a) todos devem gozar do direito de exprimir com o voto a própria opinião e/ou eleger quem a exprima por ele;

b) o voto de todos os cidadãos deve ter peso idêntico;

c) todos os cidadãos devem ser livres de votar segundo a própria opinião;

d) devem ser colocados diante de reais alternativas;

e) para as deliberações coletivas o princípio da maioria numérica;

f) nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, em modo particular o direito de tornar-se, em condições de igualdade, maioria”³.

4. A democracia supõe as “grandes liberdades do homem moderno: liberdade individual; liberdade de imprensa e de opinião; liberdade de reunião e de associação; e “a liberdade política, ou o direito de todo cidadão a participar das decisões coletivas que lhe dizem respeito”⁴. Supõe os denominados ideais democráticos: *tolerância, não-violência, renovação gradual* da sociedade, e *fraternidade*. E é preciso que haja ausência de preconceitos.

5. Para definição e garantia dos direitos fundamentais a humanidade construiu o estado democrático de direito, que funde dois conceitos: soberania popular e legalidade.

6. Regra básica do estado de direito é que a maioria pode tudo, salvo negar à minoria o direito e a oportunidade de, em condições iguais, se transformar em maioria⁵. Para que as maiorias não possam extinguir as minorias existem regras jurídicas garantidoras de direitos fundamentais: esta é a marca essencial do Estado de Direito.

7. A ordem política teve graves deformações no denominado “socialismo real” que sabidamente não respeitava os princípios do Estado Democrático e do Estado de Direito. Apesar de realizações materiais qualificadas, não distribuiu com igualdade a participação no poder político, ao

tempo em que se apossava – indevidamente – do conceito de *socialismo*, que dizia concretizar. A idéia implícita era que havia um único modelo de socialismo, que aquele era o “socialismo real”, a que esquerda deveria necessariamente se referenciar.

8. O grande desafio do mundo moderno não é decidir se o Estado deve ser maior ou menor: mas quem controla o Estado. O Estado era poderoso e interventor na recente ditadura, e o povo nada ganhou com isso. O importante é que a sociedade controle o Estado e a economia. Nem a economia é a dona dos homens, como quer o neoliberalismo, nem o Estado é dono dos homens, como querem as vertentes autoritárias e ditatoriais.

9. O *socialismo* exige que se identifique em cada homem uma centelha intransponível de dignidade e que dela decorra o direito eterno à felicidade. Esta felicidade só será possível quando todos homens tiverem igualdade de oportunidades e, juntamente com ela, ***igualdade de acesso aos bens materiais e culturais postos à disposição da humanidade em uma determinada circunstância da história da civilização, inclusive, e especialmente, a participação no exercício do poder político.***

10. Esta participação no exercício do poder político só é viável com o reconhecimento da soberania popular (fundamento do Estado Democrático) e o respeito às regras democraticamente estabelecidas pela maioria e protetivas dos direitos da minoria e individuais (fundamento do Estado de Direito).

É preciso ficar certo, de uma vez, que “a esquerda rendeu-se à democracia”⁶.

¹ Souza, Bernardo de. *A Constituição do Rio Grande do Sul e a participação popular*. Palestra na Abertura Oficial do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, promovido pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 08 abr. 1999. In: O Rio Grande debate seu futuro-1. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1999. p. 35.

² BOBBIO, *Qual socialismo ...*, p. 56.

³ BOBBIO, *Qual socialismo ...*, p. 56.

⁴ BOBBIO, *O reverso ... , Depois da queda ...*, p. 19.

⁵ Ver a regra constante da alínea f, no item 1.2.1.

⁶ HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 8.



Brasil dependente ontem e hoje

Gilvan Rocha

Da Executiva Estadual do Partido Socialista Brasileiro - CE

Valton Miranda

Da Executiva Estadual do Partido Socialista Brasileiro-CE

e do Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro

O Brasil nasce como produto do desenvolvimento do capitalismo mercantilista que pressiona os mercadores na busca de novos caminhos para as Índias, fonte abundante de ricas mercadorias. De início, Portugal não revela grandes interesses pelas terras descobertas. Somente a partir de 1530 é que Portugal se lança num projeto de colonização do Brasil através de uma atividade agro-industrial: o engenho da cana-de-açúcar que há de ser a espinha dorsal de nossa economia por mais de três séculos. Apesar da pujança da nossa economia, nesse período, esse fato não se reveste em grandes vantagens para nós, dado que a colonização portuguesa impunha um grau quase absoluto de dependência. Tudo, ou quase tudo aqui, era proibido produzir a fim de que tudo viesse da metrópole. E, nessa condição de profunda dependência, o Brasil teve que permanecer até o ano de 1822, quando trocamos a nossa dependência a Lisboa por nossa dependência aos ingleses.

Quando, em 1889, é proclamada a República, no Brasil, o capitalismo já ingressara em sua fase imperialista, fase esta que se caracteriza pela existência de uma dúzia de países centrais, desenvolvidos, que manipulam a produção, o mercado mundial e as finanças, mantendo os países retardatários nos seus diversos graus, na condição de países tributários do grande capital.

Essa nova realidade da economia mundial põe por terra todo e qualquer projeto nacionalista. E a história nos lega abundantes exemplos da inviabilidade dos projetos nacionalistas. À guisa de exemplos, destaquemos os mais ilustrativos fracassos: Nasser, no Egito; Nerhu, na Índia, Sukarno, na Indonésia, Juan Lechin, na Bolívia; Alvarado, no Peru; Jacob Arbens, na Guatemala; João Goulart, no Brasil.

Não se pense que tenham faltado, aos nacionalistas contemporâneos, o ardor, a coragem, a abnegação e a criatividade. O que faltou foi o essencial. Faltou o imprescindível conhecimento. Faltou saber que, em tempo de imperialismo, o único caminho para a libertação é o socialismo.

Por mais duro que seja encarar a realidade, urge que nos desfaçamos das fantasias. O Brasil foi ontem e é hoje um país dependente. O Brasil foi ontem e é hoje um país tributário do grande capital. O Brasil foi ontem, é hoje e será amanhã um país tutelado, enquanto não pro-

cedermos a transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista. Somente o socialismo poderá promover a libertação dos povos. Fora disso, persistirão as eternas e ilusórias frases de efeitos a açular os nossos brios nacionalistas enquanto se perpetua a dominação imperialista.

Por longos anos, o nacionalismo improcedente e inexequível junto com o reformismo constituíram-se na base teórica para a formulação de uma esdrúxula teoria da revolução brasileira – o nacional-reformismo. Não é, pois, de admirar que, com tal formulação teórica tão infundada, estivéssemos fadados a sucessivas e profundas derrotas. Portanto, já é mais do que passada a hora de expurgar tão graves erros. É hora de banir o nacionalismo de franca feição direitista ou puro testemunho de ingenuidade, desinformação e romantismo.

A história é a história da luta de classes, já se disse. É essa, por conseguinte, a visão que devemos ter enquanto verdadeiros socialistas. É essa a posição política que devemos nos empenhar para que seja assumida pelo Partido Socialista Brasileiro.

À globalização cruel do capitalismo só nos resta opor a globalização libertária do socialismo. Não temos como fazer voltar a roda da história, nem isso nos interessaria. A salvação estará, ou não, no futuro e nunca no passado inatingível e, no mínimo, precário. Em lugar de um nacionalismo tacanho, inexequível, devemos levantar a bandeira do transnacionalismo socialista.

Não é justo compactuar com o jogo sujo da burguesia ou com os inúmeros e tão nocivos equívocos que rondam, historicamente, a nossa esquerda. Podemos até concordar que "o nosso céu é mais azul e os nossos bosques têm mais flores". Podemos até sentir em nossas veias o pleno borbulhar da brasilidade, essa comunhão de circunstâncias culturais. Porém, pensar em independência nacional, para os países retardatários em tempo de imperialismo, em fase de aguda globalização, é pensar errado, é cultivar uma quimera e nada mais prejudicial a um projeto político do que as ilusões do seus proponentes. Assim, conclamemos o nosso partido, o Partido Socialista Brasileiro, a cumprir a grande tarefa histórica de sepultar esses e tantos equívocos que foram responsáveis pelas nossas derrotas e pelo júbilo da burguesia.



O Socialismo na Agenda do Dia

João Ananias Vasconcelos Neto
Prefeito Municipal de Santana do Acaraú (PSB)

A força socialista na construção da sociedade brasileira

1. Os partidos de esquerda no Brasil vêm distanciando-se, física e idealmente, dos movimentos populares, pautando-se pela estreita luta eleitoral ou seguindo, na maioria das vezes, na cola de mobilizações eleitorais, perdendo sua tarefa histórica de serem os condutores da revolução socialista em nosso país.

2. A fragilidade do movimento sindical diante da crise estrutural do emprego, tem reduzido suas reivindicações à permanência nos postos de trabalho, tanto no setor público quanto no setor privado. A pauta reformista dos movimentos estudantis tem retirado da juventude o papel de baluarte da luta revolucionária nacional. Os movimentos populares, por sua vez, reivindicam a administração do capitalismo, desconhecendo que nesse sistema, os conflitos no espaço urbano são estruturais e permanentes.

3. Os centros urbanos, que detêm 70% (IPLANCE, 1996) da população cearense, são reconhecidamente aglomerados de problemas e de péssimas condições de vida da maioria da população. As estatísticas indicam que o campo reúne a maioria dos pobres cearenses (56%) e cerca de 77% sobrevivem com meio salário mínimo (FETRAECE, O POVO, 1.10.1999).

4. Sabemos que no meio rural, no Ceará, persiste a concentração de terra com 78,7% dos proprietários com menos de 100 ha e 25,3% da área (IPLANCE, 1996). O campo caracteriza-se pelo clientelismo político e pela dependência aos programas governamentais, paliativos, de combate à seca. As péssimas condições de vida são retratadas pelo analfabetismo de 52% da população, a maioria das casas não têm água tratada (96%) e nem esgotamento sanitário (77%) (IPLANCE, 1996). Inexistem perspectivas de desenvolvimento local e a sobrevivência humana destrói o meio ambiente com queimadas e matança de aves para saciar a fome. Além disso, é baixíssimo e desigual o desenvolvimento do conhecimento humano nessas áreas periféricas ao crescimento econômico.

5. Os 241 assentamentos agrícolas no Ceará, muitos dos quais resultantes do esforço do Movimento dos Sem Terra, abrigam 15.529 famílias, com 90.018 pessoas (IPLANCE, 1996)1.

6. A história dos movimentos revolucionários, cujos exemplos de homens e mulheres engrandecem a história de luta e vigor do povo brasileiro, como Bárbara de Alencar, Anita Garibaldi, Antonio Conselheiro e Padre Mororó, muitas vezes foram capturados pelas elites econômicas, mas não perderam sua importância histórica e mantiveram a esperança de que é do povo que virá o levante que transformará o Brasil.

7. A tendência atual, com o fortalecimento do Movimento dos Sem Terra que tem sido a vanguarda dos movimentos nacionais de contestação, reforça essa tese. O campo pode vir a ser o **locus** de uma sobrevivência digna, com seus homens unidos pelo brio e amor à terra, dignificados pela luta revolucionária.

Encontro da esquerda com o povo

8. As experiências de conscientização política realizadas em Santana do Acaraú podem indicar que esse é o caminho. Seu exemplo tem sido buscado pelas lideranças vizinhas que vêem a administração popular de Santana como paradigma, dando um ânimo novo ao trabalho político que é feito naquele município.

9. A experiência com a terra fundamenta-se na convicção de que nessa luta está o germe da sobrevivência humana, o fator de conscientização e de organização do povo. A terra, valor simbólico no imaginário popular, é a origem das formações de organizações humanas. É o elo de ligação com a natureza, mãe de todos. A luta pela posse da terra tem movido os homens, provocado conflitos e motivado as migrações ou a permanência no campo mesmo em condição desumana.

10. Essa proposta destaca a luta pela terra, ocupando-se pela ação coletiva ou pela via legal, realizando uma reforma agrária independente da vontade do Estado. Assentar famílias com apoio de todas as forças democráticas interessadas, como outros partidos de esquerda, Igreja, universidade e outros atores sociais. Construir um assentamento desenvolvendo o senso crítico, a participação e a consciência política socialista contrapondo-se ao individualismo.

11. Efeitos indiretos dessa ação no campo podem ser previstos como a possibilidade de reverter o êxodo rural, de proteger os recursos naturais de preservar a fauna abatida para a sobrevivência humana, de elevar o nível de conhecimento e de aplicação de tecnologias e informações para o aumento da produtividade da produção econômica socializada.

12. Esta proposta não poderia restringir-se às ações no campo. É necessário voltar-se para as periferias das grandes cidades, porque lá é o espaço da transição entre o campo e o urbano, onde muitos dos traços rurais são encontrados e as vantagens da cidade não chegam. A luta pela terra urbana pelos excluídos territorialmente é, também, uma meta a ser conquistada.

13. A ação consciente no campo sob os princípios socialistas, politiza o desenvolvimento local, atende a demandas populares e enfrenta o Estado capitalista em sua base.

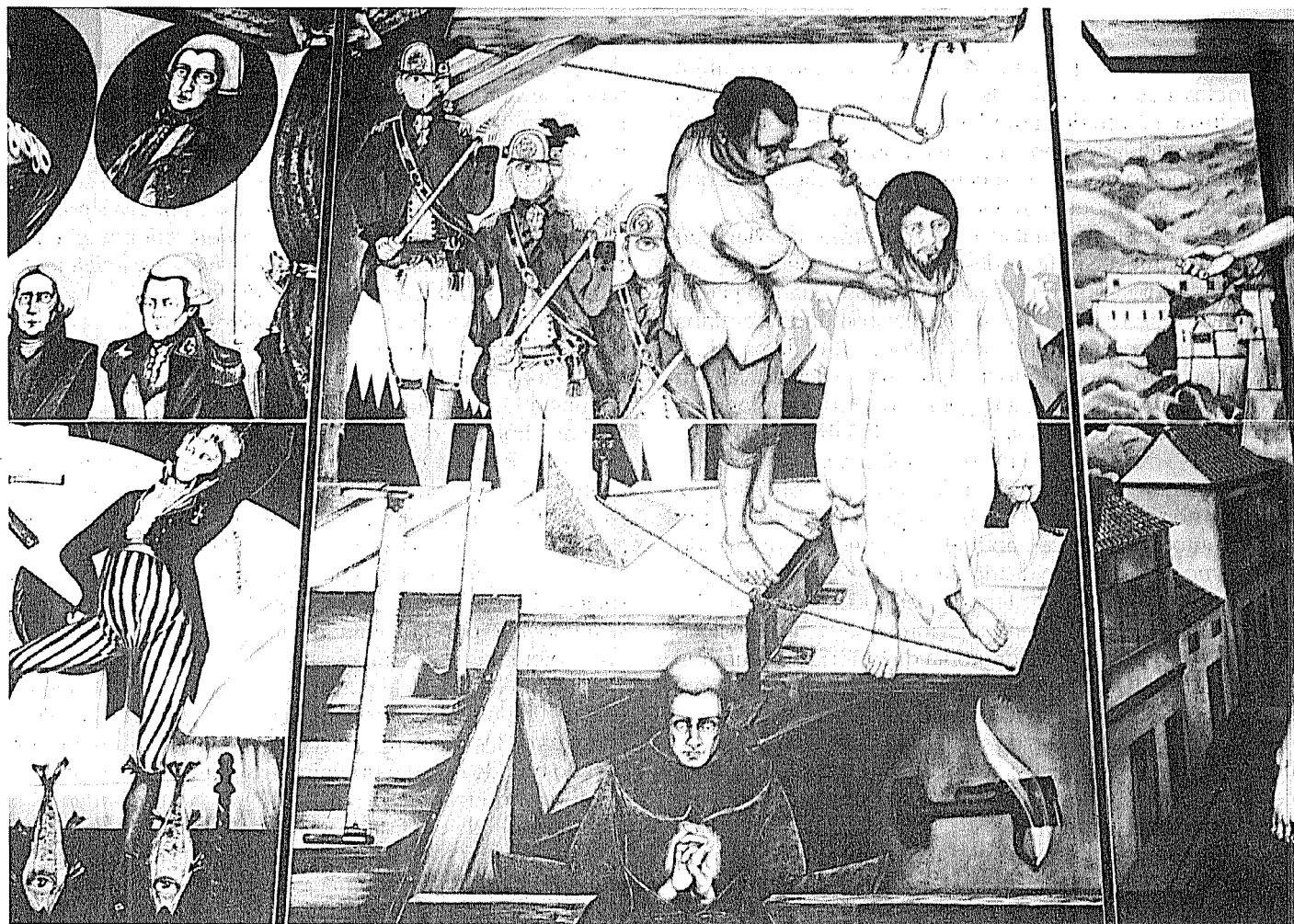
14. A luta pela terra atende a interesses objetivos: permitir ao homem condições de vida e de trabalho em um espaço conquistado pela sua organização. Nesse embate convergeu a organização e os ideais revolucionários. As elites dominantes não fazem a reforma agrária, não apenas pelo receio de perder suas terras, mas principalmente pelo temor de perder sua dominação política.

15. A ação política mobilizadora pela terra é, portanto, revolucionária, pois está vinculada à luta pelo socialismo. Seu sentido é a busca da igualdade, da liberdade e da felicidade humana.



A questão nacional - um debate necessário

Sebastião de Abreu
(PSB-DF)



Painel do pintor João Câmara sobre a Inconfidência Mineira

Os Presidentes do PDT, PSB e PC do B têm chamado a atenção, reiteradamente, para a necessidade de uma discussão abrangente e profunda a respeito da questão nacional. Enquanto Brizola, com seu jeitão impulsivo e franco, formula apelos e lança palavras de ordem, Miguel Arraes e João Amazonas vêm desenvolvendo há anos um metódico trabalho visando conscientizar os nossos partidos da importância de colocar a defesa da soberania nacional como a **questão principal** de estratégia da esquerda brasileira.

Em maio do corrente ano, Arraes apresentou à Comissão Executiva o texto "O PSB, as oposições e a questão nacional", que foi aprovado por unanimidade e publicado para ensejar a mais ampla discussão nas diversas instâncias partidárias.

Forçoso é reconhecer que nossos partidos não acordaram ainda para a gravidade da situação. Assim como o PT, perdem-se em questões regionais, algumas importantes, sem dúvida, mas secundárias, face à ameaça que paira sobre o futuro da nação brasileira.

Enquanto isso, o governo respaldado na ampla maioria que o PFL, o PSDB, parte do PMDB e do PTB e as siglas de aluguel lhe garantem, vai desmantelando sistematicamente o Estado, desnacionalizando a indústria, aniquilan-

do a agricultura, transferindo o patrimônio estatal às multinacionais, preparando, enfim, o caminho que leva à desintegração nacional e à perda da soberania.

O caderno **Brasília**, do diário Hoje em Dia, nº 116, de 23 a 29 de julho último, publicou esclarecedora reportagem sob o título "Exército volta a temer invasão da Amazônia". Depois de lembrar que nunca as Forças Armadas do Brasil acreditaram tanto na probabilidade de uma intervenção armada com o objetivo de internacionalizar a região, o talentoso repórter Evandro Éboli, autor da matéria, se refere a uma mensagem que está sendo veiculada na Europa com os dizeres "Fight for the forest, burn a Brazilian", que quer dizer "Lute pela floresta, queime um brasileiro".

Em seguida, faz um resumo da advertência do General Luis Gonzaga Lessa a um grupo de deputados e senadores: "Em tom alarmante, o Comandante Militar da Amazônia, falou em estratégia de resistência e da necessidade de um movimento do povo brasileiro para salvar a região dos invasores estrangeiros."

A direção nacional do PSB já aprovou a tese de que a defesa da soberania nacional deve ser o eixo estratégico de nossa atuação. O VII Congresso, por certo, referendará essa decisão.



Socialismo: igualdade e ética¹

Bernardo de Souza – Deputado Estadual PSB/RS

Proposição: O socialismo é um compromisso histórico e ético com a igualdade e não está identificado com nenhum modelo predeterminado

1. Antes da palavra *socialismo*, sempre existiram denúncias das desigualdades¹ – porque “a aspiração a maior justiça é um dos grandes motores da história”². O sonho de felicidade é nossa eterna utopia – com apoio no reconhecimento de que o homem porta uma dignidade que o faz diferente de outros seres na natureza.

2. A clássica formulação de *socialismo* de Marx, ao rotular-se como científica, desqualificou as demais, “um claro viés autoritário”³, pois não há debate quando já está anunciada a verdade. Por esta teoria, o mundo caminha para o *socialismo*, por tendência histórica. O dilema é inevitável: ou nem é necessário lutar, ou tudo vale para fazer a História mais rápida. Daí, a tragédia: os atos afinados com este pensamento já estão aprovados pela História.

3. A vocação profética do único a saber “o caminho à frente”⁴ impõe a lógica da força. Tal conceito traz pressupostos autoritários. O conceito de *socialismo científico* já é autoritário e levou ao impropriamente denominado *socialismo real*, que não distribuiu com igualdade a participação no poder político, tendo “perdido legitimidade”⁵ quando não permitiu “nenhuma forma séria de oposição política”⁶, levando “a maior utopia da história a sofrer uma reversão completa, tornando-se seu perfeito oposto”⁷.

4. Aquele modelo sucumbiu pelas razões econômicas de não atender demandas da sociedade de eficiência e qualidade em bens e serviços: a “revolução tecnológica concentrou-se no mundo capitalista”⁸; e o sistema “tornou-se crescentemente incapaz”⁹.

5. Houve, ainda, uma questão política: com a opção pela ação revolucionária, foi desenvolvida uma teoria sobre a conquista do Estado, sem uma teoria sobre sua organização, pelo que “não temos livros, nem ótimos nem péssimos, sobre os sistemas políticos nos estados que se autodefinem socialistas, e muito menos sobre o estado alternativo do futuro”¹⁰.

6. Além do mais, a tese de que Estado desapareceria – “com o desaparecimento das classes, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze”¹¹ –, fazia supor que seria transitória a ditadura. Entretanto, o Estado soviético se tornou cada vez mais dominador.

7. Isto confirmou que apenas os caminhos da democracia e da liberdade podem levar a uma verdadeira igualdade – sendo imperioso sustentar que o *socialismo* é um compromisso com a igualdade que não está adstrito a um modelo predeterminado.

8. A utopia com final predeterminado só faz uma pessoa feliz: seu inventor – porque aos outros só resta aderir¹², numa espécie de *ame-o ou deixe-o*, de triste memória. A cada homem deve ser assegurado o direito de construir suas utopias, que só são legítimas quando construídas em convivência coletiva, democrática e fraterna.

9. A diferença fundamental entre esquerda e direita está nas distintas concepções quanto à igualdade: diferentes nas individualidades, estamos unificados no gênero humano, portadores de iguais dignidade e desejo de felicidade. A *esquerda* moderna, democrática e civilizada reconhece as diferenças individuais; mas propõe uma relação

de igualdade que assegure direitos básicos. Ser de *esquerda* não é se autoproclamar como tal: é identificar em cada homem uma intransponível dignidade e, nela, o direito eterno à felicidade, que só se pode dar quando todos os homens tiverem igualdade de oportunidades e, juntamente com ela, **igualdade de acesso aos bens materiais e culturais postos à disposição da humanidade em uma determinada circunstância da história da civilização, inclusive, e especialmente, a participação no exercício do poder político.**

10. O *socialismo* é uma proposta – a partir da inconformidade – com um postulado ético e um julgamento sobre a sociedade e as decorrentes inconformidade e denúncia contra a brutalização e a animalização que negam aos homens dignidade e felicidade.

11. Para os *neoliberais* o mundo é inevitavelmente assim, pois a economia não assegura lugar a todos. Nós – os socialistas, os de *esquerda* – não nos conformamos com a injustiça e a exclusão. Esta é a nossa diferença.

12. Novas leis e novos regimes não excluem uma sociedade sem preconceitos, pois “não há ideal que não seja impelido por uma grande paixão”¹³, e “o *socialismo* é um projeto de vida e um compromisso existencial”¹⁴.

13. Não se pode construir uma sociedade de justiça se o mercado se impuser com sua lógica não-humana. Nas palavras de Hobsbawm, “os socialistas estão aqui para lembrar ao mundo que em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção”¹⁵. Mas também não pretendemos o autoritarismo de um Estado onipotente.

21. Uma sociedade democrática, democraticamente controladora da economia e do Estado, é o único caminho para uma sociedade de igualdade e de justiça.

¹ DROZ, Jacques. *Prólogo*. In: ____ (dir.). *Historia General del socialismo*. Tradução para o espanhol: Elvira Méndez. Barcelona: Printer, 1984. vol. 1: De los orígenes a 1875. p. 11 e 13.

² DROZ, *Prólogo*, in: *Historia ...*, vol. 1, p. 13.

³ FREIRE, Roberto et alii. *Contemporâneos do futuro*. Brasília: UNB, 1997. p. 20.

⁴ HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX – 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 381.

⁵ HOBSBAWM, *Era ...*, p. 460.

⁶ HOBSBAWM, *Era ...*, p. 460.

⁷ BOBBIO, Norberto. *O reverso da utopia*. In: BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. 2. ed. Tradução: Luis Krausz et alii. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 18.

⁸ FREIRE, *Contemporâneos ...*, p. 40.

⁹ HOBSBAWM, Eric. *Adeus a tudo aquilo*. In: BLACKBURN, *Depois...*, p. 102.

¹⁰ BOBBIO, Norberto. *Existe uma doutrina marxista do Estado?*. In: _____. *Qual socialismo?*: debate sobre uma alternativa. 3. ed. Tradução: Iza Salles Freaza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 41.

¹¹ ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 6. ed. Tradução: Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 196.

¹² BARRY, Brian. *Justice, freedom and basic income*. Apud: MILIBAND, David. *Introdução*. In: ____ (org.). *Reinventando a esquerda*. Tradução: Raul Filker. São Paulo: Unesp, 1997. p. 21.

¹³ BOBBIO, *Direita e esquerda ...*, p. 127.

¹⁴ LUIZA ERUNDINA. Participação em painel no Seminário de políticas públicas municipais, Fundação João Mangabeira, Brasília, 16 out. 1999.

¹⁵ HOBSBAWM, Eric. *Renascendo das cinzas*. In: Blackburn, *Depois da queda ...*, p. 268.



Desafios políticos e eleitorais do PSB

Organização partidária/o projeto político da esquerda socialista

Valesia Perozini Inacio – PSB/ES

Relator do grupo em plenário: Vereador Heloíso R. Alves

O PSB do Espírito Santo, participa desde a sua reestruturação no Estado, em 1987, de todas as eleições, sejam elas municipais ou estadual. E desde estes tempos, contou com a colaboração resignada de companheiros, que emprestaram seus nomes em favor do projeto socialista do até então desconhecido PSB.

Foram às urnas e pela primeira vez, determinaram a existência do Partido no Estado.

Desde então, buscou-se o desempenho eleitoral diversificando as formas, ou seja, o Partido saiu da região metropolitana para organizar suas bases no interior do Estado. Aí, em 1987, elegeu treze Vereadores, em 1992, 50 e em 1996, 81. Em 1990, elegeu seu primeiro Deputado Estadual. Dobrou em 1994 e em 1998, elegeu 4 pela coligação, sendo que destes, 3 eram do PSB. Elegeu em 1992, 4 Prefeitos e 5 Vices, em 1996, 5 Prefeitos e 7 Vices e em 1994, o Vice-Governador do Estado.

Agora, se prepara para mais um pleito municipal. Para tanto, busca consolidar alianças e/ou lançar chapas completas que o permita minimamente dobrar o quantitativo proporcional.

Por estes aspectos é necessário resgatar um pouco da memória do Partido, e ir além – cobrar das lideranças políticas do PSB, o compromisso, firmado ao longo destes oito congressos, ainda que por alguns perdido pela ausência de ética e personalidade, mas que firmaram, no contexto geral, o nome do PSB como o mais importante Partido de esquerda do Espírito Santo.

Devemos, pois, considerar e, uma vez debatidas, adotar os seguintes princípios:

Relativamente às eleições municipais:

1. Cabe ao PSB a luta pela consolidação partidária, dele e demais partidos de seu campo de aliança, cabendo igualmente aos seus membros toda a argumentação necessária para contrapor a falsa idéia da verdade absoluta. Repudiar assim toda e qualquer candidatura que represente investida personalista.

2. Cabe ao PSB a prioridade pelas candidaturas proporcionais, como forma de fortalecer o Poder Legislativo o mais plural e democrático possível, visando impedir ou con-

trapor a prática já tradicional de concentração de poder.

3. Priorizar alianças partidárias de centro esquerda como forma de democratizar o Poder e formatar um projeto de governo mais amplo e capaz de dar respostas concretas aos projetos sociais emergentes.

4. A necessidade de traduzir os princípios doutrinários do PSB exigem deste Partido a conduta responsável e comprometida com a sociedade de não permitir, fora qualquer sectarismo, o ingresso ou influência de grupos ou personalidades que não estejam perfeita ou, minimamente integradas com os princípios e práticas socialistas.

5. A responsabilidade e conduta ética do PSB em assumir os riscos de ser Governo, para defesa dos compromissos eleitoralmente assumidos com a sociedade, credencia o PSB a ser opção do fortalecimento partidário e da execução de programas construídos na discussão comunitária como base de luta pela transformação que municípios, estado e país tanto necessitam.

6. Manutenção pelo Partido, incondicionalmente, de sua linha e ações programáticas, definidas pela ética e justiça social.

Relativamente à organização interna:

1. Preocupação com a qualidade de seus quadros, estimulando a discussão interna e a formação de novas lideranças, desenvolver ações de constante debate junto ao conjunto partidário, objetivando sua formação política.

2. Fazer cumprir as decisões partidárias em todos os níveis.

3. Garantir a participação das bases nas decisões políticas e ações partidárias.

4. Ampliar as ações políticas nos movimentos organizados, obedecendo o princípios da ética e autonomia dos movimentos.

5. Priorizar áreas de atuação concentrando maior empenho nos setores sociais críticos.

6. Compromisso dos dirigentes de órgãos públicos e parlamentares do PSB com o projeto socialista.

7. Estimular a organização dos núcleos de base, jovens, mulheres e da terceira idade, movimentos popular e sindical, cultural e estudantil.



Implantação do Plurilingüismo nas Escolas Públicas

Paula Schild Mascarenhas – PSB/RS

Foto: Tina Coêlho



Marcha dos 100 mil - Brasília, agosto/99

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em seu artigo 209 § 2º, estabelece: "Será estimulado o pluralismo de idiomas nas escolas, na medida em que atenda a uma demanda significativa de grupos interessados ou de origens étnicas diferentes." Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20/12/1996, publicada em 23/12/1996), em seu artigo 36, inciso III, define: "Será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição."

O pluralismo de idiomas não deve ser visto como algo para além das obrigações fundamentais da escola, como um luxo, concedido apenas quando as possibilidades se tornam evidentes. O conhecimento da língua estrangeira enriquece o aluno, torna-o apto a dialogar com o mundo, a compreendê-lo melhor, torna-o capaz de analisar a própria língua – e por extensão, a própria cultura – com o distanciamento crítico imprescindível, representa, enfim, um fino instrumento de cidadania e de reflexão.

Não se pode, no entanto, restringir a um único idioma estrangeiro esse arrancar-se das fronteiras lingüísticas maternas. Seria conceder a uma única cultura a proeminência sobre as outras, e – já se sabe – do ponto de vista científico não há cultura superior, como não há idioma superior. É no entrecruzamento da língua materna com várias línguas estrangeiras, com várias formas de pensar e de expor o mundo, que o aluno adquirirá sua formação como ser humano participante do planeta, como cidadão do mundo.

É preciso, pois, que se defenda entusiasmadamente o pluralismo de idiomas, sem limitar essa proposta a fatores

contextuais externos aos da própria cultura e de sua evolução. Interesses econômicos não podem se sobrepor aos interesses culturais. A revalorização do idioma espanhol em nosso país é um exemplo em que se pode observar a sujeição das propostas pedagógicas a interesses estranhos ao campo da educação. O ensino do espanhol deve ser festejado, não há dúvida, mas o que se deseja é que seja incitado principalmente em razão de nossa inserção na América Latina, preponderantemente hispânica, em razão de nossos vínculos culturais com os países do Prata – motivos que, aliás, existiam já há muito tempo, sem que nada fosse feito. Se foi preciso o Mercosul para que o espanhol entrasse em nossas escolas, que a ele se atribua mais esse valor, mas que se pregue o desatrelamento definitivo da cultura aos ditames econômicos.

As escolas públicas devem capitanear o movimento pelo plurilingüismo, pois é aos alunos mais carentes, que não têm acesso, de outra forma, à língua estrangeira, que devemos assegurar esse patamar qualificado de ensino, possibilidade de aproximar-se de outras culturas e de ascender intelectualmente.

Ora, o socialismo defende enfaticamente o respeito aos povos, o diálogo, a abertura e a tolerância, contexto teórico em que a diversidade cultural deve ser preservada e valorizada. Cabe, desde logo, aos militantes socialistas postulantes a cargos eletivos, principalmente no Poder Executivo, defender a implantação do plurilingüismo nas escolas públicas, sem restrição ao número de idiomas e com respeito aos interesses da comunidade e às suas peculiaridades étnicas e culturais.



O desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva socialista democrática

Luiz Henrique Lima
Diretório Regional do PSB/RJ,
Suplente de Deputado Federal

Apresenta-se aqui o resumo da Tese "O Desenvolvimento sustentável sob uma perspectiva socialista democrática", de 27 páginas, que deverá ser publicado na íntegra pela Fundação João Mangabeira do Rio de Janeiro.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem se prestado a múltiplas manipulações. Só é sustentável o desenvolvimento que assegura a manutenção do capital natural, isto é, aquele em que o ritmo das atividades econômicas não ultrapassa a capacidade de suporte dos ecossistemas.

O Brasil possui, apesar de FHC e da maioria do Congresso, uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, que não é respeitada, sendo nossos preciosos ecossistemas permanente e impunemente agredidos. A mentalidade que identifica desenvolvimento a crescimento industrial; a corrupção; a fragilidade institucional dos órgãos ambientais; e as deficiências do Judiciário explicam esse paradoxo.

O governo federal não cumpriu os compromissos assumidos na Agenda 21, especialmente os relativos à integração da dimensão ambiental nos principais fóruns de decisão de política econômica, inclusive com o desenvolvimento de Sistemas Nacionais de Contabilidade Econômica e Ambiental.

A área ambiental tem recebido migalhas nos orçamentos federais, mas seu reduzido peso político sequer tem conseguido assegurar a execução das dotações. Isso é escandaloso pois o patrimônio ambiental brasileiro tem sido avaliado, em numerosos estudos de Economia Ecológica, como equivalente a várias vezes o PIB nacional. Não se investe, não se preserva e sequer se busca conhecer adequadamente esse patrimônio.

Em 1997, a dívida externa brasileira atingiu US\$ 200 bilhões. Naquele ano foram gastos US\$ 14,1 bilhões somente com o pagamento de juros. Esse valor é muito superior a todos os investimentos públicos, o que indica o extraordinário custo imposto à nação.

Enquanto a nação sacrifica-se para pagar a dívida externa, há duas outras dívidas que deveriam ser analisadas. Uma que não é paga: a dívida social. Outra que não é cobrada: a dívida ecológica. A dívida social brasileira é conhecida e traduz-se nos péssimos indicadores de saúde e educação de milhões de brasileiros.

A Dívida Ecológica é um conceito inovador para muitos e corresponde ao valor devido pelas nações ambientalmente devedoras às nações ambientalmente credoras pela utilização dos bens e serviços ecológicos por essas proporcionados. Os bens e serviços ecológicos são as funções ambientais desempenhadas pelos ecossistemas, como a regulação da atmosfera e do clima; a oferta de água; etc. Como se sabe, no Brasil situam-se alguns dos

principais ecossistemas planetários. Aqui sobrevive 20% da biodiversidade mundial. A Dívida Ecológica da qual somos credores é imensa. Mas não a cobramos e ninguém nos paga.

A incapacidade intrínseca do capitalismo para preservar o meio ambiente planetário tem sido amplamente evidenciada. No que se refere às experiências de socialismo autoritário do Leste europeu, os desastres ecológicos foram ainda maiores. No Brasil o ecologismo não conseguiu afirmar-se ainda como um movimento político significativo, em virtude dos erros estratégicos cometidos pelo PV. Existe, portanto, um vasto campo de ação política a ser ocupado pelo PSB desde que consiga articular e implementar uma visão coerente de desenvolvimento sustentável sob a ótica do socialismo democrático.

Propostas para a ação partidária

1. Para o PSB, o desenvolvimento econômico não se confunde com crescimento.

2. O conceito de desenvolvimento sustentável para o PSB é o que assume a premissa da "sustentabilidade forte", isto é, da não substituição do capital natural pelo capital artificial e da adoção de severos padrões de proteção dos ecossistemas considerando o princípio da prudência..

3. Políticas de defesa do meio ambiente não são restrições, mas integrantes do desenvolvimento, sob pena do sacrifício dos ecossistemas e da qualidade de vida das gerações presentes e futuras, bem como a própria saúde econômica regional.

4. Deve ser exigido o cumprimento da legislação ambiental, os compromissos com a implantação da Agenda 21 e o fortalecimento institucional da área ambiental, proporcionando-se os recursos orçamentários adequados.

5. A gestão ambiental no setor público é integrante da "área econômica" dos governos e sua execução deve considerar os dados oriundos da Contabilidade Ambiental.

6. O PSB deve exigir a contabilização e a cobrança da Dívida Ecológica da qual o Brasil é credor, esclarecendo e mobilizando a opinião pública sobre a gravidade do tema, que deve ser uma das prioridades da política externa brasileira.

7. O PSB deve incorporar às suas plataformas as contribuições da Ecologia Política, e deve buscar ocupar o espaço político da contestação ecológica ao modelo econômico brasileiro, vinculando Economia Ecológica e Socialismo Democrático.

8. Todo o PSB deve empreender um imenso esforço de pedagogia política das massas traduzindo esta discussão para as suas realidades específicas.



Educação, trabalho e lazer

Rodrigo Rollemberg
Deputado Distrital – PSB/DF

A abertura de um novo ciclo na economia mundial, fundamentado no conhecimento e na informação causou o desaparecimento de numerosos postos de trabalho e o surgimento de outros, que exigem conhecimentos cada vez mais qualificados. O Brasil não está preparado para acompanhar tais mudanças. Além disso, vivemos um período de profunda crise social, econômica, cultural e ambiental, agravada pelas políticas públicas adotadas no país.

Os jovens estão entre os que mais sofrem com as mudanças. Eles se encontram desiludidos com a escola, deprimidos com as dificuldades no mercado de trabalho, cerceados em seus direitos de expressão e desenvolvimento, carentes de oportunidades de lazer. Propomos ao Partido Socialista Brasileiro a defesa de quatro pontos fundamentais: (a) a implantação de uma política de educação como meio de qualificação do jovem e do trabalhador brasileiro para a vida moderna; (b) investimentos no que temos chamado *indústria da alegria* (turismo, lazer, esporte e cultura) como forma de atingir o desenvolvimento sustentável; (c) a implantação, com urgência, de uma política de lazer, como forma de melhorar a educação, aumentar a auto-estima e conter a explosão de violência, especialmente entre os jovens; (d) a criação de mecanismos para envolver os jovens na política.

Para que esses objetivos possam ser atingidos, propomos um mutirão pela educação, que inclua

a luta pela educação em tempo integral, com o envolvimento tanto do governo como dos partidos políticos, ONGs, governo, associações comunitárias e de classe;

a integração da família, da comunidade e das instituições em projeto educacional para o país;

a formação para o trabalho qualificado e exigente do mercado moderno;

exploração da educação não formal, realizada em todas as oportunidades e locais disponíveis;

o aproveitamento e a otimização de todos os espaços disponíveis para que a comunidade promova atividades educacionais;

e o aproveitamento dos espaços comunitários para aumentar a oferta de espaço para as escolas.

A indústria da alegria (turismo, esporte, cultura e lazer) é um conjunto de atividades que tem grande potencial para consolidar o desenvolvimento sustentável no Brasil. Diante dessa constatação, defendemos

o investimento necessário para fazer do Brasil um importante pólo turístico mundial, dentro de uma perspectiva de uso racional do meio ambiente;

o estímulo às micro e pequenas empresas ligadas à indústria da alegria que têm maior potencial para gerar empregos;

a valorização da diversidade cultural encontrada no Brasil, como forma de manter a identidade nacional diante do processo de globalização;

a luta pela recuperação da história brasileira, do folclore, das tradições orais, da medicina popular, da culinária, bem como pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país;

o apoio ao esporte, em todas as suas modalidades, para que os brasileiros, em particular às crianças e jovens, possam praticá-lo;

o aproveitamento dos espaços desportivos disponíveis e a construção centros comunitários de esporte e lazer;

e um grande programa voltado para a geração de emprego e distribuição de renda a partir das oportunidades oferecidas pelo turismo, esporte, cultura e lazer.

Diante das evidências de que o lazer contribui efetivamente para o processo educativo, a diminuição da violência e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população, defendemos a implantação com urgência de uma Política de Lazer, como forma de ocupar e educar os jovens e contribuir para diminuir a violência que assola o país. Para isso, é preciso:

atuar fortemente na formação de recursos humanos especializados no desenvolvimento do lazer;

investir na base física necessária para o lazer, entendida como recuperação, manutenção e construção de instalações e equipamentos;

investir no acesso e na difusão sistemática de informações;

utilizar, em tempo integral, os equipamentos de lazer;

implantar um Programa de "Agentes Jovens de Lazer", complementado pela criação da "Bolsa Lazer", destinada à formação e o aperfeiçoamento de pessoal capaz de conduzir grupos e gerenciar a promoção de atividades de lazer;

estimular o desenvolvimento de museus e outros centros de educação científica e tecnológica, bem como de parques temáticos que valorizem a cultura e o meio ambiente nacionais;

criar Unidades Móveis de Lazer, adaptadas para levar atividades a locais onde não existam infra-estrutura e recursos disponíveis para esse fim.

Finalmente, a partir da constatação de que os partidos políticos estão envelhecendo, propomos que o PSB assuma o compromisso de lutar pela participação dos jovens na política, tornando essa atividade atraente, aglutinadora e mobilizadora;

investir no papel pedagógico dos partidos e identificar, promover e formar lideranças políticas.



A crise do modelo neoliberal

Política de alianças – de 2000 a 2002

Renato Casagrande – PSB/ES

A história política e econômica do Espírito Santo mudou de forma considerável a partir do Governo Albuíno Azeredo, que coincidiu em parte com o mandato cassado do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Neste período iniciou-se no Estado um trabalho planejado, que tem alcançado êxito, de tomada do poder político e do controle das finanças públicas, mesmo com resultados eleitorais nem sempre satisfatórios. A meta tem sido o controle dos Órgãos Públicos, independente de terem eleitos os representantes para os cargos, e a ocupação de espaços nas Instituições que são compostas por indicações políticas.

O apoio econômico para implementar este projeto, vem de alguns empresários do FUNDAP (Fundo das Atividades Portuárias) que recebem em troca a garantia da continuidade dos benefícios, e com isso financiam campanhas eleitorais dos candidatos representantes do grupo político à eles vinculados. Deve-se ressaltar que a manutenção dos privilégios vale o investimento, uma vez que os empresários recebem financiamentos equivalentes a 66% do ICMS recolhido nas operações de importação pagando juros de 1% a.a., além de terem 25 anos para quitarem seus empréstimos. O Governo Vitor Buaiz aumentou ainda mais as vantagens quando possibilitou, através de leilões, a quitação dos débitos por apenas 10% do valor total da dívida e o Governador José Ignácio Ferreira (PSDB) já deu sua primeira contribuição ao passar de 60 para 90 dias o prazo de recolhimento do ICMS dessas empresas, com isso prejudicando as finanças dos municípios.

O apoio político teve origem na Assembléia Legislativa, inicialmente com o então Deputado Valci Ferreira, e posteriormente com as eleições de José Carlos Gratz (PFL) e Marcos Madureira (PFL) e outros parlamentares que foram cooptados para colaborar na implantação do projeto. Com o controle do Poder Legislativo conseguem fazer indicações para Instituições como, por exemplo, o Tribunal de Contas, e influenciarem em outras.

É fácil concluir que dominando o Poder Legislativo o objetivo principal seria o controle do Executivo e, até o momento, tiveram sucesso. Deve-se analisar, com maior atenção, este projeto a partir do Governo Albuíno Azeredo uma vez que houve o fortalecimento do sistema FUNDAP, com a abertura econômica promovida pelo ex-presidente Collor de Mello, que acarretou aumento das importações e o conseqüente fortalecimento das empresas que atuavam nestas atividades. Para se ter uma noção do volume de recursos movimentado pelo sistema, só no ano passado – 1998, o montante devolvido às empresas em forma de financiamento foi em média 35 milhões de reais por mês, sendo que grande parte são destinados a aproximadamente seis (6) empresas.

Este projeto de poder, como já afirmado, independe do resultado eleitoral, e exemplos claros foram os Governos Albuíno Azeredo e Vitor Buaiz. O primeiro foi eleito por uma frente partidária composta pelo PDT, PTB, PSB e PC do B e as figuras políticas que coordenam este processo estiveram na época com o candidato derrotado José Ignácio

Ferreira. Mas, exercendo a pressão através da Assembléia e tendo o apoio de alguns Secretários do Governo que concordavam com o discurso da governabilidade, assumiram o comando político da Administração e o resultado foi o que todos já conhecem – Albuíno deixou o Governo desgastado politicamente e com diversas denúncias de corrupção.

A posse de Vitor Buaiz gerou uma expectativa de mudança no comportamento político, uma vez que, no primeiro turno, obteve o apoio do PT, PSB, PC do B e PCB, e no segundo turno, forças de centro o apoiaram na disputa contra Cabo Camata o representante desse mesmo grupo. Mas, ainda mais rápido que no Governo anterior, houve a tomada do controle político do Executivo, com o mesmo discurso de que a governabilidade deveria ser alcançada a qualquer custo e a única forma era a de aceitar o comando político através da Assembléia Legislativa. E mais um governo capitulou mantendo os privilégios do grupo político, de poucos empresários e desmoralizando a esquerda, as entidades da sociedade civil e os servidores públicos, além de que “pipocaram” denúncias diversas de corrupção e ainda continuam surgindo como foram os episódios do pagamento dos precatórios da Embril e as irregularidades na condução das obras do PRODESPOL.

E agora, neste Governo, tem uma mudança profunda. Finalmente elegeram o Governador e como conclusão óbvia continuam e continuarão com velocidade ainda maior a ocupar os espaços para manterem estruturas que lhes permitam avançar politicamente e financeiramente. Exemplos já foram demonstrados desde a disputa eleitoral. José Ignácio fez a campanha mais cara do País e alguns deputados federais e estaduais verdadeiramente compraram seus mandatos, todos financiados, em grande parte, pelos empresários do FUNDAP e com o apoio do Governo Estadual. O que ninguém poderia imaginar é que até recursos do BANESTES seriam utilizados para pagamento da dívida da campanha. Nas primeiras medidas do Executivo excluíram, por exemplo, as empresas fundapianas da operação malha fina da Secretaria da Fazenda e ampliaram de 60 para 90 dias o prazo de recolhimento do ICMS dessas mesmas empresas. Além de que continuam colocando sobre os servidores toda a responsabilidade do desequilíbrio financeiro.

O Poder Legislativo não é mais fórum de debates para a sociedade, pois todas as matérias são aprovadas com uma velocidade que não permite qualquer análise. A ausência de discussão no Parlamento que significa um ataque à democracia, virou motivo de orgulho e demonstração de força do Presidente José Carlos Gratz. O Governador dispensou por decreto ou mensagem à Assembléia a ajuda da sociedade, através dos Conselhos, na condução do Governo.

Como se vê o projeto bem articulado que tem sua base econômica no FUNDAP e política no controle do Legislativo está avançando velozmente infiltrando práticas obscuras nos órgãos da Administração Estadual e tentando avançar nos municípios. Cabe aos Partidos de centro esquerda, lideranças políticas e entidades fazerem com que



a sociedade entenda o que está acontecendo e o perigo dessa prática, e demonstrar que existe projeto alternativo.

Ao PSB cabe fortalecer esse projeto alternativo e independente, para que em 2002 o Estado tenha de forma concreta possibilidade de ver eleitas lideranças com compromisso ético e com comportamento de respeito para com a sociedade. Para que isso aconteça as alianças para as eleições municipais, em nenhuma hipótese, poderão fortalecer grupos políticos ligados ao projeto de poder implantado no Espírito Santo que é defendido especialmente pelo PFL, parte do PSB, PPB e outras figuras isoladas nos demais partidos que não possuem posicionamentos ideológicos.

Prioridade de alianças deve continuar sendo com os

partidos de centro esquerda para que se possa denunciar o Governo excludente de Fernando Henrique Cardoso e se opor à prepotência de José Ignácio. Um projeto municipal nunca pode estar desvinculado dos projetos estadual e nacional, pois caso isso aconteça, perde-se a referência ideológica e o compromisso construído ao longo da história do Partido. É preciso definirmos um projeto que unifique pontos programáticos para os municípios, pensando de forma global e agindo local. Distinguir os partidos da direita para a esquerda. Ter chapas próprias, privilegiando coligações progressistas e populares, elegendo bancadas e, por fim, vetando coligações cujos projetos são nitidamente de direita e conservadores.

Foto: Tina Coêlho



Entendendo o Capitalismo – A crise do modelo neoliberal

José Carlos Eloy Martins
Presidente PSB/SC

Foto: Tina Coêlho



Marcha dos 100 mil - Brasília, agosto/99

Muitas pessoas já desempenharam abnegadamente atividades pelo bem comum. Outros ainda o fazem. Milhares ainda estão por começar. Em todas as atividades humanas podemos encontrar pessoas voluntárias que dedicam seu tempo em busca de soluções para os problemas comunitários ou, pelo menos, amenizar o sofrimento dos mais necessitados.

Para cada sistema econômico que desorganiza, deve haver um programa político que apresente soluções. Mas a cada ano que passa percebemos um enorme contingente de cidadãos que se avolumam em busca de trabalho, saúde, casa, educação e cultura. Isso porque foram selecionados como os menos capacitados para as atividades produtivas do livre mercado, e excluídos dos orçamentos públicos pelas derramas outorgadas pelos cortes palacianos, servis aos abonados fazendários das terras brasileiras e de outras pátrias.

Mas, percebemos que muitos que nos cercam diariamente, incorporaram o vestuário da estirpe capitalista e tornaram o sistema mais visível e também mais complexo. Temos, portanto, o capitalismo quanto sistema econômico e também como doutrina cultural de postura nas relações sociais. Como entender este encontro de duas razões para uma matriz?

Entender é mais fácil do que explicar. Mas convenhamos, a estrutura econômica atual que chamamos de capitalismo globalizado somente se acentua, vigora, a partir das opções políticas das classes sociais e seus mentores políticos, pelo sim ou pelo não. No Brasil, como nas demais nações capitalistas, é pelo sim. O sim, neste caso, é uma opção que exigiu considerável argumentação, que foi sendo encontrada no alinhamento ideológico liberal e em suas variantes idealizadas para a comunicação.

A matriz ideológica agora é o neo-liberalismo. Que é o mesmo liberalismo, mas em circunstâncias diferentes do século XIX e da primeira metade do século XX. Uma

ideologia que convence políticos, empresários e trabalhadores, que as fronteiras econômicas nacionais não devem ser consideradas mais como estratégias da economia nacional. Mas como uma possibilidade a mais do país se tornar moderno, desenvolvido e, sobretudo, navegável pelo sistema financeiro internacional.

Essa propaganda busca convencer a todos das vantagens que o capitalismo internacional oferece ao capitalismo brasileiro, como justificativa para as decisões políticas administrativas. Mas como um camaleão, se oculta na singularidade humana, já enaltecida pela competitividade do mercado, tornando a todos ilhados, rotulados como incapazes de soluções mais brasileiras.

Dessa forma, também encontramos cidadãos que desdenham para uma cultura e compreensão de mundo burguesa, essencialmente individual, que afloram o egoísmo e a insensibilidade, são frios e calculistas. Cooperam com a livre iniciativa proposta pela economia de mercado. É mais difícil a proposta de uma sociedade democrática, de participação política despertar sua vontade.

É interessante perceber que as relações entre as pessoas que moram em bairros pobres é mais cordial, mais solidária do que os habitantes de um condomínio de classe média. Os que desembocam na pobreza, mesmo assim são solidários nas suas relações.

O preço que pagamos e que vamos pagar pelo ostracismo, diga-se auto-isolamento, é muito elevado. A insegurança, a criminalidade é resultado de uma sociedade que recebeu como patrimônio cultural do capitalismo a falta de ética. A injustiça se tornou implacável, aliada da miséria que assola a sociedade empobrecida. Mata por ano mais brasileiros do que as guerras que infelizmente temos presenciado.

É claro que entendemos que é uma etapa do capitalismo mundial, mas nem por isso podemos permitir suas práticas corrosivas à vida nacional.



Abrir mão do sigilo bancário e fiscal quando da diplomação – uma marca do PSB

Lairson Rodrigues Bueno

Vice-Presidente do Dir. Mun. do PSB de Campo Grande/MS

Considerando que um dos objetivos do Partido Socialista Brasileiro, em seu projeto social é a igualdade (página 17 do Programa de Governo do PSB);

Considerando que a transparência administrativa e política é questão maior para o Projeto Socialista (página 21 do PLANGOVE 2.000);

Considerando que nós socialistas pugnamos pela implantação de Leis que aperfeiçoem e acelerem a realização de justiça contra os corruptos, os quais após a posse passam a ter privilégios e condições de procrastinar “legalmente” o seu processo em C.P.I.’s;

Considerando que o político eleito pelo PSB abrirá mão do sigilo bancário e fiscal garantido pela Constituição Federal, por ocasião da sua diplomação, podendo, caso seja permitido pelo TSE/TRE/Cartório Eleitoral fazer uso da palavra para expressar verbalmente o ato que pratica naquele

momento, servindo de “farol” para toda a sociedade e, principalmente para os políticos, juízes e desembargadores, sinalizando que trata-se de um partido diferente, formado por pessoas sérias, com uma marca singular, os quais não desejam que o sigilo bancário seja o porto seguro da corrupção;

RESOLVEMOS propor a presente tese pelos motivos acima elencados, certos de que tal medida além de inovadora e pioneira, será de grande visibilidade e alcance no seio da sociedade, fazendo do PSB uma marca com mais aceitação e de mais fácil lembrança na memória do eleitor por ocasião de pesquisas e até mesmo de eleições.

Como SOCIALISTAS temos a clareza que a busca do poder justifica-se como instrumento de transformação da sociedade, melhorando dentre outros itens, o comportamento do cidadão e moldando o caráter de político.

Saudações Socialistas.

Preservação do Patrimônio Cultural

Paula Schild Mascarenhas – PSB/RS

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216 **caput**, assim define o patrimônio cultural brasileiro: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

Em seu parágrafo primeiro expõe as formas de proteção ao patrimônio cultural: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.”

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul inclui o acesso ao patrimônio cultural nos direitos culturais garantidos pelo Estado (Art. 221, V), direitos culturais garantidos, também, pela Constituição Federal (Art. 215, **caput**).

O patrimônio histórico e arquitetônico representa a memória de uma coletividade, sua evolução histórica e seu perfil de organização social. Em cada prédio, em cada monumento de uma cidade está espelhada a trajetória de seu povo, seus feitos, seus traumas, crises, e também suas

conquistas, seus momentos gloriosos. Os habitantes dessa cidade podem não perceber conscientemente a importância referencial da paisagem urbana sobre suas vidas, mas no momento em que um prédio é demolido, em que se perde uma referência histórica, é como se um atentado se cometesse contra a lenta construção da cidadania, da cultura e da sociedade, das quais a cidade é o símbolo material e maternal.

Preservar o patrimônio histórico, mais do que manter a imagem de uma cidade, significa respeitar o caráter e as peculiaridades de um povo, valorizar a memória coletiva e recuperar o orgulho do cidadão, fazendo-o reconhecer-se e reconhecer a comunidade a que pertence através da imagem que lhe é oferecida diariamente pela paisagem urbana.

O processo de globalização, que ocorre hoje de forma incontrolável, tem como peculiaridade o fato de fortalecer – no momento em que as fronteiras do Estado nacional se diluem – os aspectos regionais e locais. Trata-se, portanto, de um momento propício à propagação da idéia de preservação do patrimônio cultural, na qual está implícita a revalorização das raízes e das tradições de uma comunidade.

Proponho que os militantes socialistas postulantes a cargos eletivos desenvolvam ações de reconhecimento da fundamental importância do patrimônio cultural e de sua preservação, e que façam dessa uma bandeira do PSB, usufruindo das inúmeras possibilidades jurídicas – inventários, registros, declarações, tombamentos, desapropriações – que se oferecem aos governantes (incluindo aí os Poderes Executivo e Legislativo) para a execução de tais iniciativas.



Uma sociedade para todas as idades

Ivo Fortes dos Santos - Militante socialista do PSB/POA-RS

"Uma sociedade para todas as idades." A Organização das Nações Unidas definiu-se por ser 1999 o "Ano do Idoso" mobilizando a sociedade, órgãos de imprensa, instituições religiosas, Conselhos, associações de profissionais, ONGS, entidades privadas, Estatais, etc, para realização de atos e ações em defesa do Idoso.

O princípio fundamental, é o conceito do Envelhecimento, saudável e ativo, onde todas as pessoas são chamadas, estimuladas e encorajadas a propor e tomar medidas que garantam boa saúde e bem estar na velhice para todos. As estatísticas da OMS apontam um verdadeiro "boom" de pessoas idosas no Brasil, projetando números, para daqui a 25 anos na casa dos 32 milhões de idosos, nos colocando na escala da sexta população na faixa etária dos idosos, considerada a faixa de pessoas que mais cresce em termos proporcionais.

Se no passado a sociedade dos idosos sempre foi venerada pela manutenção das tradições e da sabedoria popular, a evolução industrial e em seguida a globalização foram mudando a imagem do idoso para a da dependência, incapacidade e inatividade, posto que o modelo adotado é direcionado apenas para a produtividade e eficiência, (mão de obra jovem).

A herança cultural deste fim de século é responsável pelos aspectos negativos imputados nesta etapa de vida aos nossos idosos.

Assiste-se um mutirão muito grande de geriatras, gerontólogos, psicólogos, assistentes sociais, médicos especialistas e outros, todos empenhados em mudar a imagem negativa desta etapa da vida, trabalhando por uma visão favorável e positiva dos idosos em suas comunidades. É essencial o combate ao imobilismo, à retração, o isolamento que leva à depressão, causando agravos profundos nas pessoas idosas.

O grande desafio que enfrenta o programa de Envelhecimento e Saúde da OMS, é o entendimento e a promoção dos elementos para manter as pessoas saudáveis até a fase da velhice.

Partindo do fato que a saúde e o bem estar na velhice são em grande parte, o resultado das experiências no curso de toda uma vida, trabalhar com o envelhecimento e saúde é necessário abordagens holísticas.

Os cuidados com a atenção primária à saúde, análise por sexos, doenças não-transmissíveis, saúde mental e reabilitação fazem parte desta visão holística.

Queremos que o lema, "Uma Sociedade para todas as idades", não seja um simples enunciado e comece a se tornar uma realidade. O objetivo de prolongar-se a expectativa de vida, ser melhorada a qualidade de vida, com isto obter-se uma melhor integração social do idoso, passa necessariamente por um amplo debate sócio-político das or-

ganizações governamentais, e não-governamentais e a sociedade, com o compromisso de serem criados e implementados formas responsáveis por programas que sejam capazes de efetivamente garantir qualidade de vida saudável para os idosos.

Nos anos subseqüentes a 2000, a população dos Estados Unidos, Europa e Japão e mesmo o Brasil, terá a população acima de 60 anos, ultrapassando a das crianças e adolescentes, o que pela lógica necessitará de um rápido e urgente esforço das áreas de governo, organizando programas adequados e ao alcance da grande massa de cidadãos beneficiários com idade acima de 60 anos.

Partindo destes pressupostos, numa área de extrema sensibilização, explosiva e complexa como irá ser cada vez mais, estamos trazendo para o conjunto do nosso Partido, que após reflexão madura e responsabilmente, possa deliberar por incluir nas resoluções deste 7º Congresso Nacional o compromisso de dar atenção especial, assim como criar políticas próprias e objetivas com vistas a atenção dos idosos do nosso país.

O "olhar grande" do PSB frente as causas nacionais, voltadas para o campo social e do idoso devem ter propostas indicadoras por compromissos muito concretos e objetivos considerando-se que os números que estão sendo apontados nas estatísticas dos idosos nos próximos anos.

A agenda socialista do PSB para o próximo milênio deve ser clara e declaradamente comprometida com o ser idoso, espelho e esteio de todas sociedades e gerações que já passaram, demonstrando com isto que somos diferentes no trato das causas da fraternidade, amor, sentimento humano com os homens e mulheres que as rugas e os cabelos brancos lhes caracterizam como construtores da sociedade passada e presente.

A área científica, médica e de profissionais têm acúmulos formidáveis de práticas, modalidades e formas de como contemplar devidamente no programa partidário e de governo o futuro que queremos, as formas de encaminhamentos que sejam capazes de dar suporte às grandes linhas de ação na atenção e assistência à população idosa do nosso país.

As experiências acumuladas no Seminário Nacional, "Envelhecimento Numa Perspectiva de Gênero e Suas Implicações Na Família", realizado nos dias 20 a 23/10/99 no Rio de Janeiro, nos anima a propor diretrizes ao nosso partido com vistas a contemplar-se todo um conjunto de medidas voltadas para os idosos, considerando-se ser fundamental o compromisso do PSB com políticas sociais que venham ao encontro dos anseios e angústias das pessoas quanto a lhes ser garantido um envelhecer saudável, com amor e fraternidade socialista.



O desafio da comunidade negra frente à nova ordem mundial

Edvande Pinto de França

Membro da Executiva Municipal do PSB Cuiabá-MT
Presidente do Grupo de União e Consciência Negra MT

O Brasil é o país habitado por maior população negra depois da Nigéria. Além disso, incorporou a sua nacionalidade de base afro, descendente de povos de todos os cantos do mundo. Entretanto, a representação dos grupos humanos que produzem a riqueza socio-econômico e cultural são excluídos e desqualificados, os negros e mestiços, quando na sua maioria são eles que, na base sustentam nesses quatro séculos finalizando os 500 anos do Brasil pobreza desta nação.

Há uma profunda transformação em curso na sociedade brasileira que se refere, sobretudo à cidadania e à identidade, valores antes considerados da esfera dos direitos humanos passam a ser interligadas ao cotidiano político mais amplo e à economia.

Falsos conceitos e teorias equivocadas ou mal intencionadas. Sobre a cordialidade brasileira, de Gilberto Freire, e sobre a democracia racial foram enterradas pelos números do IBGE. Foram esses valores que durante muito e muito tempo impediram transformações da realidade de desigualdade entre os grupos de diversas origens e etnias principalmente da população afro descendentes.

A luta dos negros e negras

O movimento negro no Brasil, ao longo dos tempos cumpriu importante tarefa de denunciar e desmascarar o racismo; credenciando-se como um setor com potencial combativo e contestatório nesse período todo.

Na escravidão os negros não ficaram passivos diante dos diversos tipos de violência a que foram submetidos. Ocorreram reações aquele regime hostil, desumano e irracional com manifestações de protesto como "suicídio" dos senhores de engenho, lugar insurreições, organizações quilombos resistência cultural, etc.

Os quilombos representam em nossa história uma expressão significativa da persistência dos negros em pleno regime escravista. Serve-nos hoje como exemplo de dignidade e luta de um povo. A memória dos líderes dessa luta Zumbi dos Palmares, Dandara e Tereza de Benguela, em Vila Bela da Santíssima Trindade em Mato Grosso, e outros é exaltada nos dias atuais. Em homenagem a tão expressiva luta, o movimento negro brasileiro instituiu o dia 20 de novembro data da morte de Zumbi dos Palmares o dia nacional da consciência negra que é hoje registrado nos vários segmentos sociais.

Os movimentos negros pesisteram nos anos de 1930 criando a frente negra brasileira, associação que tinha por objetivo a integração do negro na estrutura de classe na década de 70. Com o aparecimento ou resurgimento de vários movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de vida e liberdade política, de organização e expressão, o movimento anti-racista também se reestrutura em moldes diferentes dos períodos anteriores.

Politicamente foram muitas as resistências às lutas pelos direitos civis, assim como as reações que combatiam os atentados aos direitos a nível mundial. Nos Estados Unidos, os movimentos Black Power, Panteras Negras, Mulçumanos Negros e lideranças como Malcon X, Luter King e na África, movimentos como o liderado por Nelson Mandela da década de 50, preso por 27 anos, serviram de exemplo de política de autoafirmação de uma identidade étnica.

Em 1978, surge o Movimento Negro unificado contra a discriminação racial (UNU), entidade que se inicia em São Paulo, com perspectivas de organização nacional. Assim também surge o grupo de União e Consciência, negra em 1983, também no estado de São Paulo, liderado pela Igreja Católica com o propósito de combater o nazismo onde estivesse presente, implantando a luta contra a discriminação, ou preconceito racial e toda a forma de discriminação e opressão aos povos afro-descendentes.

Nos períodos contemporâneos muitos são os grupos e entidades em todo os estados: muitas são as bandeiras de luta e as propostas de coletivização e ampliação da luta antiracismo.

As bandeiras de luta, principais atividades encaminhadas a nível nacional são contra o extermínio de crianças e adolescentes, esterilização indiscriminada de mulheres; combate à violência racial, policial e pela garantia dos dispositivos constitucionais anti discriminatórios da adoção da pedagogia interetécnica na rede de ensino enfim de maneira geral, a luta pela garantia de melhores condições de vida e cidadania.

No ano do centenário da abolição da escravatura, 1988 o movimento saiu às ruas para denunciar a "falsa abolição", e demonstram as reais condições em que vive a população negra. Com esta iniciativa cumpriu importante papel de desmascarar os setores que queriam escamotear as mazelas e descaso que se encontra a população negra brasileira evidenciando a falsa abolição ou a lei da bondade instituída pela Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888.

Falar do povo negro neste final do século XX passa essencialmente pela historicidade é conhecer a formação do no Brasil é determinar para compreendermos sua destruturação atual. Seu caráter privado, autoritário e centralizador marcando a ausência de políticas públicas totais como educação saúde, política de emprego e perda com igualdade de oportunidades. A cidadania brasileira tem implicações diretas com a nossa realidade crítica depende fundamentalmente dos setores historicamente excluídos de participação efetiva como negros, mulheres, crianças e idosos, dentre outros que formam uma ampla maioria que exigem políticas e ações que atendam suas reivindicações, compreendendo que um dos pressupostos fundamentais da cidadania é o direito de todos viverem as suas próprias especificidades.



Mesmo que a cidadania do ponto de vista dos direitos civis, políticos e sociais deva ser em objetivo a ser consolidado não agravante as condições fundamentais de justiça social e um dos exemplos acabados da não cidadania e a violência nacional física e simbólica que recaem sobre os ombros das mulheres e dos homens negros.

Falar dos desafios da comunidade negra, frente à nova ordem econômica mundial passa pelo desafio dos negros no mercado de trabalho, aonde os negros trabalharam 350 anos explorados na escravidão.

A constituição de 1824 proíbia os negros e negras, de ler escrever e a pena 108 anos de "Liberdade" essencialmente o grande prejudicado nesse processo de globalização da economia no avanço tecnológico e a comunidade negra brasileira e mundial a onde a constituição de 1988 garantia que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qual-

quer natureza inviabilidade de direito mas que na realidade os dados nos mostram que a situação é outra e bem diferente.

A pesquisa do IBGE (PPU) agosto de 1998, nos revela que o padrão de vida de um chefe de família branca com doze anos de estudo recebe um salário médio mensal de R\$ 881, em quanto um chefe de família negra com as mesmas condições recebem R\$ 423 reais mensais, não é diferente no mercado de trabalho a branca recebe R\$ 559 mensais e as mulheres apenas R\$ 266 mensais.

Diante desses fatores e outros que eu vejo a necessidade do PSB Partido Socialista Brasileiro voltado para as igualdades sociais, e voltado para as políticas públicas das minorias excluídas da sociedade brasileira que eu proponho à executiva nacional a necessidade da criação da coordenação do movimento negro a nível nacional.

PSB Pela Base

Roberto Mazzoco

Membro do Diretório de Porto Alegre - RS

Introdução

Aproxima-se o Congresso do Partido Socialista Brasileiro. Temos que decidir se será apenas mais um Congresso, ou se será um marco na construção do PSB.

Os desafios colocados para nós são imensos

Vivemos e fazemos política em um país onde as condições sociais se agravam com o desemprego e a falta de perspectiva que leva o trabalhador para a marginalização.

As relações de trabalho se agravam, levam a sociedade brasileira para um beco sem saída.

As condições de disputa por um posto de trabalho são cada vez mais difíceis provocados pela recessão econômica e a crise estrutural do mercado. Para os partidos da esquerda se torna uma tarefa brutal encontrar uma saída dentro do sistema do capital.

As forças conservadoras que estão comprometidas com o capital estrangeiro e o FMI infringem uma série de derrotas aos trabalhadores brasileiros, pela "telinha" assistem como meros espectadores com as oligarquias internacionais que promovem a total entrega da nação para o FMI.

Por isso, que somente com o aprofundamento do debate sobre um programa socialista para o Brasil é que teremos condições para elaborar políticas capazes de construir e consolidar o PSB.

Também devemos buscar com a mesma intensidade a unidade com todos os setores do campo democrático popular e setores da classe média para a formação de um programa onde determine e consolide uma Nova Aliança no interior da sociedade, pois só assim conseguiremos achar uma solução para reverter o caos e a barbárie social que o Neoliberalismo vem produzindo em nosso país.

Os setores sociais organizados, primeiro destróem com a constituição cidadã, destróem o parque industrial nacional, acabam com os direitos trabalhistas, transformam o funcionário público no grande ??? da crise e agora tentam privatizar a previdência.

Usando destas medidas o governo agrava o déficit social, o centro da política de governo passa a ser exclusivamente pagar os juros da dívida externa, mesmo que isso

aprofunde o fechamento de postos de trabalho e a exclusão social.

O desvio da prioridade tirando do centro a agenda social faz com que as crises nas áreas de prioridade se agravem, provocam o crescimento da violência, o alastramento de epidemias, o embrurecimento intelectual e a insegurança emocional.

Chegamos a conclusão que o Brasil está prestes a explodir.

Por uma agenda socialista, que priorize a cidadania e estabeleça uma Nova Aliança

Com a quebra da indústria nacional priorizando os monopólios internacionais, muitos setores empresariais que dependiam da ajuda do estado para se manterem competitivos internacionalmente acabaram por decretar falência e fecharam milhares de postos de trabalho quando o governo em nome da modernidade substabeleceu uma relação de subserviência aos monopólios internacionais obrigando a aqueles empresários que não fecharam, submeterem-se abrindo seu capital ao mercado volátil. Muitos embarcaram nesta canoa e acabaram na miséria total.

A classe média brasileira vem perdendo o seu poder aquisitivo isso por conta dos inúmeros planos econômicos que visam atender apenas a uma pequena minoria subserviente aos ditames da casa branca. Aos poucos a capacidade de superação econômica da classe média está baixando e muitos até já se encontram sem capacidade aquisitiva sobrevivendo apenas das aparências.

Devemos iniciar um diálogo com esses setores empresariais que hoje se encontram excluídos do mercado, estabelecendo uma agenda mínima que procure consolidar junto a esses setores um novo pacto, uma nova aliança para podermos contrapor ao Neoliberalismo, respeitando as diferenças mas procurando uma mesma estratégia. É necessário colocar para esses setores que a única forma de saída desta crise é o socialismo de mercado, onde o cidadão não é menos importante do que o lucro. Onde se estabeleça um pacto social pelo desenvolvimento atacando a "genes da miséria" que é o capitalismo voraz.



Tese de Debate para o Congresso do PSB Nacional

Romualdo Moura – PSB Pacatuba-CE

Foto: Tina Coêlho



Marcha dos 100 mil - Brasília, agosto/99

Como estamos no fechamento do século XX ou dez décadas de República, é necessário que possamos formar um conjunto de análise e visão dando uma retrospectiva do que significa para o País a realidade deste século.

As ocorrências podem ser delineadas em essenciais dimensões fundamentais do País tanto Demográfica como Econômica, Cultural e Sócio-Política.

Demograficamente

O Brasil experimentou um extraordinário crescimento dando um salto quantitativo de 14 milhões de habitantes no início do século para 150 milhões atual, considerando-se os demais aspectos básicos do País, essa população entrará no próximo século com um potencial de uma das maiores do mundo.

Mas é bom lembrar que é essa população que constitui também, o principal desafio com que se encontra o Brasil hoje. Claro que não se reduzindo a taxa de crescimento atual da ordem de quase 3% do ano, arcará o Brasil com um excessivo crescimento populacional que duplicará a população em cada 32 anos, o que transmite a si mesmo intoleráveis encargos de expansão das facilidades de infra-estrutura requerida por esse crescimento.

O mais grave problema, dar-se o fato de que uma população se encontra polarizada entre dois extremos, por um lado a excessiva concentração de riqueza nas mãos dos 10% de mais alto nível de renda e, por outro, a condição indigente dos 60% mais pobres que formam a grande massa do País.

Economicamente

O século XX transformou radicalmente o Brasil. Analisando a conservação deste até a crise dos anos 30 com uma economia semi-colonial, baseada na monocultura do café, exportador dos produtos primários e importadora de quase todos os bens que necessita para seu consumo.

Mesmo com início de um processo de industrialização, por substituição de implantação com planejamento acelerado até a década de 50, pode se chamar uma sociedade em avançado estágio de industrialização dentro de um modelo predominantemente autônomo.

A exaustão do modelo Kubitschek de desenvolvimento e a crise do populismo em meados de 60, bem como a opção pelo capitalismo dependente adotado pela Ditadura Militar conduziram o País, entretanto a situação extremamente complexa e difícil em que presentemente se encontra. O sistema industrial brasileiro tem características compatíveis a um País europeu adiantado. No entanto o País padece de grave e tríplice imitação; a imitação da dependência, o estrangulamento de petróleo e o dualismo estrutural de sua sociedade e economia. Sua dependência implicada em suas características, em excessiva predominância das transacionais ao setor moderno do sistema produtivo, consiste principalmente na dependência de capitais e técnicas do mercado externo para manter o seu processo de desenvolvimento, termina se exprimindo numa dívida externa de 90 milhões de dólares que lhe conduz dando assim a condição de uma insolvência internacional. Em 1973 na crise do petróleo o País insistia, em conservar na dependência deste, supostamente corrigível por incremento

de exportação, não se aplicou um programa radical de substituição a esse combustível, pelo álcool e óleo vegetal, pelo carvão nacional ou pela eletrificação.

Embora tal programa constituiu uma meta do governo até agora e complexo o seu logro em escala necessária efetiva execução.

O dualismo estrutural da sociedade e da economia decorre de fato que o sistema produtivo adotado pelo País, notadamente a partir de 64 não tem nenhuma correspondência com sua realidade social. Enveredou o País por uma economia caminhada através de unidade altamente intensiva de capital, para a produção de bens de consumo duráveis destinados aos setores afluentes da população e secundariamente a exportação, o País nem tem condições de satisfazer as demandas básicas de sua população e nem gera um volume de emprego que possa assegurar a ocupação positiva de sua força de trabalho.

As duas últimas décadas, não pretendemos alongar nos acontecimentos até porque são desfechos de discussão já realizada em seminário do PSB pelo eminente professor Luciano Coutinho cujo título se debate na Crise Econômica Nacional. Nela destacamos os planos econômicos para combater a inflação levando o País forçado a fazer um superávit de comércio externo para pagar a dívida externa, sendo obrigado a recorrer à moratória por falta de acesso a credores novos porque a caixa já estava a zero na gestão Funaro e Nóbrega. Portanto essas duas décadas são relatadas pelo conferencista uma distinção a anterior e simulada ao processo dos anos 70, era um aspecto de uma conjuntura internacional especificamente em alta liquidez, com a crise de 90 com redução de juros a nível baixíssimo onde passamos a ser conhecidos por mercado emergente, para o fechamento desta questão.

Culturalmente

O Brasil só penetrou neste campo com duas décadas de atraso. Somente a partir dos anos 50 o Brasil se aproxima lentamente dos níveis de vanguarda do pensamento oriental, com um novo modelo de ciências sociais e da física moderna. Esse quadro cultural predomina até hoje. Não houve um avanço para se construir e consolidar um sistema universitário. Salvo a USP que foi mais alta expressão, não conseguiu comandar suficientes prioridades governamentais nos últimos anos. A cultura brasileira tornou-se vítima das crises financeiras, atingindo toda a constelação do sistema educativo. Os setores cada vez mais avançados da população tem pouca educação ou não tem nenhuma.

Apresenta-se assim, o quadro cultural do País alarmante declínio nos níveis de valores éticos e cívicos eternizados pela população que está formando uma das moral civicamente mais deseducadas do mundo. Destaca-se apenas, nas décadas de 60 e 70, os contestadores do sistema, apresentados em palcos através do teatro ou na música. Grande platéia assistia as peças "A Moratória. Vereda da salvação relatavam a relação do homem com a terra. O filme "Os Fuzis" de Rui Guerra, o livro "festival de besteira que assola o País" de Stanislaw Ponte Preta ou pelo menos uns números da revista PIF PAF de Millôr Fernandes. Todas as contestações do regime linha dura só podia ser levada ao conhecimento do povo através de festivais da música popular todas traziam protestos contra o regime opressor. Cita-se o fechamento do Teatro de Arena que encenava "Arena canta zumbi" de Guarnieri e Edu Lobo e

Liberdade. Liberdade de Millôr também entrou no bloco "de fino da bossa de Elis Regina, que falava sobre a posse da terra, "Morte e vida Severina" de João Cabral de Melo Neto musicado por Chico Buarque as peças de Plínio Marcos "Navalha na carne", "Barelá" e "Dois perdidos numa noite", todas elas censuradas.

Na literatura os contestadores só podiam ler trançados em suas casas um exemplar "Consolidação e Reforma do Brasil" de José Honório Rodrigues, História Militar do Brasil de Nelson Werneck Sodré torturados de Marcio Moreira Alves e palavra de Miguel Arraes." O tropicalismo tão bom prato para os contestadores como "Alegria de Caetano Veloso. "Caminhando e Cantando" de Geraldo Vandré.

A imprensa amordaçada publica receitas culinárias no lugar dos cortes, o Estadão publicava textos de Camões: o Pasquim colocava asterisco. Enquanto isso os contestadores do sistema pouco se lixavam para o conteúdo de letras de suas canções. Eram feitas de forma coloquial sem grande recurso cenico, mas o que importava era a mensagem de protesto que unia todo o espetáculo, e não a perfeição das interpretações.

O show reafirmava talentos e coragem com "Opinião grupo composto por Nara Leão, Zé Ketí e João do Vale. Nessa década destaca-se quebra de tatu do grande preconceito que foi a criação da primeira mulher na Academia de Letras, a cearense Raquel de Queiroz/disputando uma vaga com o jurista Ponte Miranda.

Sociopolítica

O Brasil no século XX conduziu a democracia brasileira a um longo e importante percurso. As experiências democráticas se processavam por etapas. Na Grécia clássica, como na Europa moderna, tinha o início de uma democracia de notáveis. Solom em Atenas e monarquias constitucionais no século XIX, sendo essa fase de democracia de classe média.

Depois a Clístenes, em Atenas democracia burguesa da Europa, e o começo de uma consolidação com a democracia de massa ou democracia social nas primeiras décadas de XX, Péricles em Atenas o Welfare State europeu. No Brasil a democracia dos notáveis do império da República Velha, desemboca com a revolução de 30 com o segmento de classe média, constituições de 1934 a 1946. Já nos anos 50 essa se converte em uma democracia de massa com o populismo com tendência a Welfare State europeu.

A crise do populismo no governo Goulart e a reacionária orientação imprimida pelo golpe militar em 64 sustam a realização desse processo.

Volta ela penosamente na década de 80 com uma possibilidade e, ao mesmo tempo imperativo. Nenhuma democracia Política subsiste, no mundo moderno, se não se converter em uma democracia social ao mesmo tempo esse século nos demonstrou que Lenin estava certo quando afirmava que, nenhuma democracia social subsiste se não se fundar numa democracia política, o fato é que dos anos 20 a 30 e até o final do século o País infelizmente, ainda não tem assegurada a sua conversão a um sistema de democracia moderna a sociedade brasileira. O que temos é um sistema dependente de capitalismo central, marcado socialmente por dualismo entre um pequeno grupo moderno participante e as grandes massas mantidas marginalmente como reserva de nativos.





SOCIALISMO



e

LIBERDADE

Comissão Executiva Nacional

Presidente - Miguel Arraes de Alencar - Presidente de Honra - Dep. Jamil Haddad - Primeiro Vice-Presidente e Líder na Câmara - Dep. Luiza Erundina de Sousa - Segundo Vice-Presidente - Roberto Amaral - Terceiro Vice-presidente - Sen. Ademir Galvão Andrade - Secretário Geral - Almino Affonso - Primeiro Secretário - Carlos Siqueira - Segundo Secretário - Renato Casagrande - Primeiro Secretário de - Finanças - Dep. Alexandre Cardoso - Segundo Secretário de Finanças - Domingos Leonelli - Secretário de Comunicação Social e Propaganda - James Lewis Gorman Júnior - Secretário de Meio Ambiente - Gustavo Henrique de Sousa Balduino - Secretário de Política Agrária - Dep. Eudoro Walter de Santana - Secretária de Mobilização Popular - Prof. Wilma Maria Faria - Secretário de Ação Parlamentar - Prof. Márcio França - Secretário de Organização - Waldo Silva - Secretário de Cultura e Formação Política - Gov. Ronaldo Lessa - Secretário Especial - Gov. João Alberto Rodrigues Capiberibe - Secretário Especial - Jacó Bittar - Secretário Especial - Dep. Luiz Roberto de Albuquerque - Líder no Senado - Sen. Antonio Carlos Valadares - Secretário Nacional da Juventude - Felipe Augusto Lyra Carreras - Secretário Sindical - Francisco Paulo Nogueira Filho.

Site: www.psbnacional.org.br - E-mail: psbnacional@tba.com.br